



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A BUSCA DE SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza**

BRUNA QUEIROZ SILVA RIBEIRO

**JOÃO PESSOA/PB
2011**

BRUNA QUEIROZ SILVA RIBEIRO

**A BUSCA DE SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Ms. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior

JOÃO PESSOA/PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

R484b Ribeiro, Bruna Queiroz Silva.
A busca de soft power na política externa brasileira: o fundo IBAS de combate à fome e à pobreza / Bruna Queiroz Silva Ribeiro. – 2011.
55f.

Digitado.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Departamento de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Ms. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior

1. Política externa brasileira. 2. Soft power. 3. Fundo IBAS. I. Título.

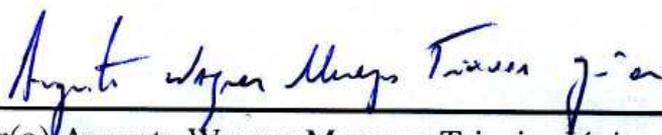
21. ed. CDD 327.81

BRUNA QUEIROZ SILVA RIBEIRO

**A BUSCA DE SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel.

Aprovada em: 07/07/2011



Professor(a) Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa - UEPB



Professor(a) Henrique Zeferino de Menezes - UFPB

DEDICATÓRIA

You Are My Sunshine
My only sunshine.
You make me happy
When skies are grey.
You'll never know, dear,
How much I love you.
Please don't take my sunshine away
(Slim Whitman)

AGRADECIMENTOS

Agradeço por toda e qualquer conquista em minha vida primeira e principalmente aos meus pais. Sem seu apoio diário e ensinamentos valiosos nada seria possível.

Às minhas irmãs e meu irmão, meus bens mais preciosos.

À minha avó Eliete, pelas estimadas contribuições ao longo da minha caminhada.

À Rayssa, pelo carinho constante e compreensão.

À Ana, pelo amor incondicional.

À Luiza, Geórgia e Vanessa, pelo sentimento confortante de se ter uma amizade verdadeira.

Aos meus colegas de curso Jan Marcel e Rafael Lima, que se tornaram amigos para a vida toda.

Agradeço ao meu orientador Augusto Teixeira pela paciência, pelas sugestões sempre válidas e bem-vindas.

Agradeço a Henrique Zeferino, professor e amigo, que esteve sempre presente nesta etapa da minha vida acadêmica.

A todos os professores do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em especial Raquel Melo, Gabriela Barbosa e Silvia Nogueira, pela dedicação, pelos conhecimentos transmitidos e reflexões proporcionadas.

A Universidade Estadual da Paraíba, por possibilitar o conhecimento adquirido.

A todos os meus familiares e amigos, pelo apreço e incentivos.

Enfim, meus sinceros agradecimentos.

Mais do que testemunhas, os países em desenvolvimento precisam assumir a responsabilidade de propor novos caminhos para a cooperação internacional, nos quais os princípios de solidariedade e atendimento às reais necessidades desses países, sem condicionalidades, se constituam na principal referência para a mobilização de recursos físicos, humanos, técnicos e tecnológicos em escala global.

POCHMANN

RESUMO

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) foi formalmente estabelecido em 06 de junho de 2003 através da Declaração de Brasília. Esta previa a cooperação entre os três países em uma ampla gama de pontos: agricultura, liberalização comercial, tecnologia, defesa, desenvolvimento social, pesquisas energéticas, preservação do meio ambiente, entre outros. Em setembro de 2003 houve a institucionalização do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, que tem como propósito desenvolver e disseminar projetos concretos na luta contra a fome e a pobreza em países pobres. O Fundo capacita os países beneficiários a caminharem rumo ao desenvolvimento, de maneira sustentável, sem adoção de medidas emergenciais. Assim, o presente trabalho através da discussão sobre o papel dos países intermediários no Sistema Internacional, investiga se os países IBAS, através do Fundo, angariam *Soft Power* (poder brando), que corresponde o poder da atração convertido em aquiescência na política internacional. Destarte, realizamos levantamentos das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas do ano de 1997 ao ano 2010 dos países receptores do auxílio do Fundo (Guiné-Bissau, Haiti, Burundi, Cabo Verde) em relação ao Brasil, com intuito de identificar a convergência ou divergência na votação entre os países auxiliados e o Brasil. Constatamos a crescente influência brasileira e os reconhecimentos da atuação do país em prol dos países pobres através da exploração de prêmios recebidos pelo Fundo e das matérias em sítios internacionais que tratam sobre a temática. Desse modo, detectamos que o Brasil, através do Fundo IBAS, adquire maior visibilidade e boa imagem perante os demais países do Sistema Internacional.

PALAVRAS-CHAVE: IBAS. Soft Power. Fundo IBAS. Países Intermediários.

ABSTRACT

The India, Brazil and South Africa's Dialogue Forum (IBSA) was formally established in June 6, 2003, by the Brasilia's Declaration. Such pronouncement foreseen the cooperation between these three countries in a wide range of activities: agriculture, commercial liberalization, technology, defense, social development, energy researches, environment preservation, among others. In September 2003 the institutionalization of the IBSA's Fund of Aid Against Hunger and Poverty occurred, imbued with the purpose of developing and disseminating concrete projects for the fight against hunger and poverty at poor countries. The Fund capacitates the recipient countries to walk their way into the development, in a sustainable manner, without the adoption of emergency measures. Therefore, the present essay, on discussions over the role of the intermediate countries in the International System, investigates whether the IBSA's countries, through the Fund, raise Soft Power, which corresponds to the power of attraction converted into acquiescence on the international politics. Thus, surveys have been realized over the polls of the United Nations's General Assembly from the year of 1997 to 2000, involving the countries that received the aid from the Fund (Guinea Bissau, Haiti, Burundi, Cape Verde) in relation to Brazil, with the aim of finding the convergence or divergence between the polls among these countries and Brazil. Furthermore, we highlight the growing brazilian influence and the recognition of this country's action on behalf of the poor countries through the exploitation of the prizes received by the Fund and the papers on international sites that treat the issue. Accordingly, we conclude that Brazil, through the IBSA's Fund, acquires more visibility and positive image before other countries of the International System.

KEYWORDS: IBSA. Soft Power. IBSA's Fund. Intermediate countries.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ANC – *African National Congress*
BM – Banco Mundial
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI- Fundo Monetário Internacional
FMS- Fundo de Solidariedade Mundial
GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
KFAED – Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NEPAD - New Partnership for Africa's Development
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAE/PR – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
UECSS – Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Tipos de Cooperação exercida pelos países IBAS	22
Tabela 2 - Informações acerca dos Projetos do Fundo IBAS.....	38
Tabela 3 - Exemplo dos critérios para classificação em convergente e divergente nas votações.....	44
Gráfico 1 - Número de Pessoas Desnutridas no mundo - 1969-2010.....	35
Gráfico 2 – Convergência nas votações Brasil-Guiné-Bissau na Assembleia Geral.....	46
Gráfico 3 – Convergência nas votações Brasil-Cabo Verde na Assembleia Geral.....	47
Gráfico 4 – Convergência nas votações Brasil-Haiti na Assembleia Geral.....	48
Gráfico 5 – Convergência nas votações Brasil-Burundi na Assembleia Geral.....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E PERSPECTIVAS.....	15
1.1 EM BUSCA DE RESPOSTAS: o status dos países IBAS que esclarece sua atuação no Sistema Internacional.....	15
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	18
1.3 COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	21
1.4 SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	23
CAPÍTULO II.	
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IBAS E OS PROJETOS DO FUNDO IBAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA.....	26
2.1. HISTÓRICO IMEDIATO AO ESTABELECIMENTO DO FÓRUM	26
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IBAS E SUA AGENDA.....	28
2.3 O FUNDO IBAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA	32
CAPÍTULO III.	
O MULTILATERALISMO BRASILEIRO: análise do Levantamento de Dados.....	40
3.1 GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE.....	43
3.2 HAITI E BURUNDI.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) foi institucionalizado em 06 de junho de 2003 na presença dos então chanceleres dos três países (respectivamente: Yashwant Sinha, Celso Amorim e Nkosazana Dlamini-Zuma) através da Declaração de Brasília. Esta previa um amplo leque de atividades a serem desenvolvidas em conjunto pelas três nações, de modo geral: a coordenação de visões sobre grandes temas da agenda internacional, a articulação dos acordos de liberalização comercial em negociação entre eles e a cooperação em diversos setores.

Consta também na supracitada Declaração fatores de aproximação dos três países, tais como: seus históricos democráticos, sua participação no mundo em desenvolvimento e sua capacidade de atuação em escala global. A natureza ampla dos objetivos do Fórum e o reconhecimento do grau de afinidade entre os países demonstram que a iniciativa foi concebida para abarcar temas de quase todo o espectro das políticas públicas.

Dentre as criações do Fórum¹, houve o estabelecimento do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a 58ª Sessão de Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2003. O Fundo tem como objetivo identificar, desenvolver e disseminar projetos concretos que tenham se mostrado bem sucedidos, nos países que compõem o IBAS ou em outros países em desenvolvimento, na luta contra a fome e a pobreza. Importante destacar que os projetos atuam no sentido de capacitar os países beneficiários a caminharem rumo ao seu próprio desenvolvimento econômico, sem adoção de medidas emergenciais.

O estabelecimento do Fórum IBAS se insere no Governo do Presidente Lula, período no qual a diplomacia brasileira passa a ser caracterizada como autonomista (SOARES DE LIMA, 2005). Esta estratégia se forma em torno de uma enérgica busca pelo desenvolvimento de forma mais independente em relação às exigências de liberalização econômica dos países desenvolvidos; de uma tentativa de desenvolvimento conjunto com países que possuem interesses comuns; e o pressuposto de que os países médios² têm um espaço para exercício de

¹ O Fórum IBAS estabeleceu uma série de criações além do Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, tais quais os pontos focais e os grupos de trabalho responsáveis por áreas específicas de cooperação setorial.

² Os termos países médios, potências emergentes, países intermediários e outros, serão discutidos no tópico seguinte. Por agora basta saber que, de acordo com Sennes (2006), países intermediários são aqueles que ocupam posição intermediária na *ranking* das capacidades da política internacional.

poder mesmo diante de uma ordem caracterizada como hegemônica. A opção por uma estratégia autonomista dá ao país as características de um ator disposto a atuar como protagonista no cenário internacional. Isto é, através de uma diplomacia autonomista o Brasil passa a se perceber como capaz de afetar o sistema internacional e influenciar decisões em temas de alcance global (como por exemplo, fome, pobreza, meio ambiente, entre outros). Deste modo, o país enxerga o Fórum IBAS como uma possibilidade de abertura de um espaço internacional diferenciado que pode ser aproveitado em benefício do incremento de sua influência internacional (ALMEIDA FILHO, 2009).

Nesse sentido, diante da busca de maior influência global do Brasil e do papel do IBAS nesse intento, pode-se ser interessante discutir a temática baseando-se no conceito *Soft Power* cunhado por Joseph Nye (2004). Ou seja, o conceito³ representa a habilidade de ter o que se quer através da atração em detrimento da coação. Atuando no convencimento de outros parceiros a seguirem ou concordarem com normas e instituições que induzem ao comportamento desejado. O *Soft Power* pode advir da cultura, dos ideais políticos, de ações no sistema internacional, ou mesmo da habilidade de estabelecer agendas que abarquem as preferências de outros parceiros (ou também do conjunto de todas essas características).

Consideramos desse modo, o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza como um dos prováveis instrumentos de *Soft Power* na política externa brasileira, na medida em que atua no estabelecimento de uma imagem positiva dos países envolvidos no Fórum aos olhos dos países receptores do auxílio, como também dos demais países do sistema internacional. De acordo com Almeida Filho (2009), o IBAS se delineia como um grupo que passou a exercer atração e persuasão no cenário internacional.

O presente trabalho objetiva analisar o Fórum IBAS - mais especificamente o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza - como instrumento que busca o aumento de *Soft Power* na política externa brasileira, na medida em que cria condições de integração entre países em desenvolvimento, baseado em princípios cooperativos, de desenvolvimento humano e sem imposição de condicionalidades econômicas, ingerências, ou uso de violência. Essa forma de cooperação para o desenvolvimento é comumente vista pelos países auxiliados como benéfica, alterando positivamente a imagem dos Brasil perante estes.

³ O conceito será analisado mais detalhadamente no capítulo 1 do presente trabalho. O conceito de *Soft Power* distingue-se do conceito de *Hard Power* (poder duro), que representa o poder econômico e militar. Nye (2004) argumenta ainda sobre o *Smart Power* (poder inteligente): “*Smart Power* is neither hard nor soft. It is both” (2004, p. XIII). Tradução Livre: “*Smart Power* não é o *Hard* nem o *Soft*. São os dois.”

Para alcançar o objetivo estabelecido traçamos o seguinte planejamento. O primeiro capítulo se desenvolverá através de uma discussão de conceitos, nesse sentido, será abordado o *status* de Índia, Brasil e África do Sul que justificam sua atuação no Sistema Internacional⁴ e o estabelecimento do Fórum IBAS. Desta forma, destacaremos que países intermediários têm estratégias diferenciadas de cooperação, tal qual a Cooperação Sul-Sul. Em seguida, apresentaremos a Cooperação Sul-Sul e os dados do estudo desenvolvido pelo *Conselho Econômico e Social* das Nações Unidas (ECOSOC) no ano de 2008: *Background Study for the Development Cooperation Forum* intitulado de *Trends in South-South and Triangular Development*. Através do estudo detectaremos que os países IBAS já expõem tendências prévias para Cooperação Sul-Sul. Será analisada ainda a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento através dos dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Em seguida inseriremos o conceito de *Soft Power*, que guiará a discussão como um todo.

No segundo capítulo, à luz dos conceitos previamente apresentados, traremos a tona breve histórico precedente à formalização do IBAS, bem como sua própria institucionalização e objetivos. Atenção privilegiada será dada ao Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza e seus projetos de desenvolvimento social. O foco recairá sobre o papel do Fundo como instrumento de *Soft Power* na política externa brasileira e dos países membros do IBAS.

No terceiro capítulo realizar-se-á uma introdução sobre a tendência histórica brasileira ao multilateralismo e desenvolveremos uma pesquisa exploratória sobre possíveis impactos das ações do Fundo IBAS. Ou seja, indicaremos hipóteses sobre o poder de atração do Fundo. Partindo do pressuposto de que a análise das votações em fóruns multilaterais pode ajudar a levantar essas hipóteses, serão apresentados os resultados das votações dos três países que compõem o IBAS e dos países auxiliados pelo Fundo⁵ na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas do ano de 1997 até 2010, apontando para as convergências ou divergências das posições desses países. Por meio da análise dos resultados obtidos hipóteses serão levantadas sobre a possibilidade do auxílio proveniente do Fundo ter sido força interveniente nesse processo. É conveniente destacar que através da análise dos resultados das votações não estabeleceremos relação de causalidade direta entre o Fundo IBAS e a

⁴ Como apresentaremos no capítulo 1, diversos autores buscam definir o *status* dos países IBAS: potências emergentes, potências médias, potências médias emergentes, países intermediários e etc. Adotamos a definição de países intermediários que será apresentada a seguir.

⁵ A saber: Burundi, Cabo Verde, Camboja, Guiné-Bissau, Haiti e Laos

convergência/divergência nas votações. Observaremos o levantamento das votações como possível indicador de convergência nas votações ou não.

Importante ressaltar que não há maneira segura de afirmar se o IBAS faz com que o Brasil angarie *Soft Power* ou não, bem como não se tem como realizar uma medição desse conceito. O trabalho se propõe a relevar indicadores que estabeleçam essa conexão, mas deixamos claro que não podemos instituir uma relação absolutamente causal.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS E PERSPECTIVAS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos que guiarão o trabalho de modo geral, além de delinear as perspectivas da Cooperação Sul-Sul e Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, ressaltando o desempenho brasileiro nessas áreas. Dessa Forma, iniciamos com uma discussão acerca do *status* dos países IBAS que justificam sua atuação em escala global e sua inserção na Cooperação Sul-Sul. Discutiremos este tipo de cooperação e o crescimento na participação dos países IBAS nessa espécie de estratégia de Política Externa. Apresentaremos os dados e o caráter da Cooperação Técnica Brasileira para o Desenvolvimento e o conceito de *Soft Power*.

1.1 EM BUSCA DE RESPOSTAS: o status dos países IBAS que esclarece sua atuação no Sistema Internacional

Almeida Filho (2009) elege como um dos fatores de aproximação dos países IBAS a condição de potências médias (em inglês *middle power*). No entanto, ao nos depararmos com as mais diversas bibliografias acerca da temática IBAS detectamos uma série de definições semelhantes a essa para caracterizar o *status* de Brasil, Índia e África do Sul. Estes são caracterizados muitas vezes como países/estados intermediários (SOARES DE LIMA, 2005; SENNES, 2006; HIRST, 2006), outras como potências médias (HIRST, 2006; HURREL, 2009), e ainda como potências médias emergentes (FLEMES, 2007). Assim sendo, seria interessante apontar um entendimento comum, ressaltando as características compartilhadas por essas interpretações, destacando os pontos mais importantes.

Consideramos essa discussão primordial para o presente trabalho uma vez que pode servir como fator explicativo para a adesão dos países que compõem o IBAS ao Fórum e para a atuação destes através do Fundo. Isto é, apresentadas as características que possivelmente definiriam o *status* dos países IBAS, torna-se possível compreender o modo como os países se inserem no Sistema Internacional e a importância dada por eles ao Fórum de Diálogo IBAS, como também à capacidade de intervenção internacional via cooperação.

Flemes (2007) advoga que a categoria de potência média é a mais cabível para explicar padrões comuns de estratégias de política externa e comportamento dos países IBAS. O autor enxerga potências médias como países que os líderes consideram que não podem agir sozinhos efetivamente, mas acreditam que podem causar impacto sistêmico atuando por meio de um pequeno grupo de países ou através de uma instituição internacional. O referido autor defende ainda que as potências médias possuem tendência a: “to pursue multilateral solutions to international problems, the tendency to embrace compromise positions in international disputes, and the tendency to embrace notions of ‘good international citizenship’ to guide diplomacy”⁶ (COOPER, HIGHTGOTT and NOSSAL, *apud* FLEMES, 2007, p.08).

Para Flemes (2007) o objetivo da política externa das potências médias coincide com fins civis da política externa, a saber: cooperação internacional, solidariedade, domesticação das relações internacionais, responsabilidade pelo meio ambiente global, difusão da equidade, justiça e tolerância. Assim sendo, conforme esse autor, há um senso de responsabilidade global presente na política externa das potências médias. Além disso, as potências médias teriam a visão de que o multilateralismo seria um meio para atingir seus objetivos. Consideramos importante ressaltar que no nosso entendimento, apesar de as consideradas potências médias atuarem de forma distinta dos países desenvolvidos, não podemos enxergar essa característica como mero altruísmo, há, sem dúvida, interesses que guiam essas ações.

Sennes (2006) sustenta que a melhor definição para os países IBAS seria a de países intermediários. Segundo o autor,

Many denominations have already been used: Middle Power, Middle Ranged States, Great Regional Power, Secondary Power, Most Developed Countries, Recently Industrialized Countries, Big Emergent Markets. However, none of these criteria was appropriate to create a precise concept of this type of country⁷. (SENNES, 2006, p.53)

O autor define países intermediários como sendo aqueles que ocupam posição intermediária no *ranking* das capacidades da política internacional, que são, portanto, situados no nível intermediário da importância política e econômica mundiais. Os países

⁶ Tradução Livre: “Buscar soluções multilaterais para problemas internacionais, a tendência a abraçar posições de compromisso em disputas internacionais, e a tendência de abraçar conceitos de “boa cidadania internacional” para guiar a diplomacia”

⁷ Tradução Livre: “Demasiadas denominações já foram usadas: Potências Intermediárias, Estados de Médio Alcance, Grandes Potências Regionais, Potências Secundárias, Países Mais Desenvolvidos, Países Recentemente Industrializados, Grandes Mercados Emergentes. Todavia, nenhuma destas classificações foi apropriada para criar um conceito preciso deste tipo de país.”

intermediários não se igualam, em termos de influência, aos países desenvolvidos, mas se distinguem dos países pequenos, que são praticamente irrelevantes internacionalmente.

A condição de país intermediário pode ser detectada principalmente através de uma presença internacional multifacetada. Esta pode ser enxergada através de aspectos econômicos e sociais além de dimensões políticas. Essa maneira de atuar propicia que o país esteja presente, com influência variável, em diferentes fóruns internacionais simultaneamente. Isso significa que os países que se encaixam nesse perfil têm uma presença heterogênea em diversos fóruns, podendo ser influentes e proeminentes em uns, ou vulneráveis e com pouca ou nenhuma influência em outros. Deste modo, os países intermediários possuem certa margem para definir e perseguir suas próprias estratégias, mesmo com uma autonomia considerada limitada. O autor endossa que há possivelmente uma tendência de que os países intermediários prefiram agir coletivamente através de Fóruns multilaterais como forma de conter os abusos unilaterais das grandes potências e com o objetivo de aumentar sua influência e capacidade de barganhar (SENNES, 2006).

Hirst (2006) distingue os conceitos de potências médias e países intermediários. Na primeira categoria os países são definidos de maneira mais geral através do Produto Interno Bruto (PIB), sem considerar as condições sócio-econômicas internas. Deste modo, para a autora, nem todas as potências médias podem ser consideradas países intermediários. Estes por sua vez são classificados através de variáveis tais quais: população, tamanho, identidade geopolítica, status de desenvolvimento, a natureza emergente da economia, como também a relevância regional e estabilidade internacional. A referida autora (2006) articula que os tomadores de decisão dos países intermediários acreditam que as instituições internacionais podem constranger o comportamento do estado, assim como também acreditam que sua missão seria influenciar essas instituições.

Através da discussão esboçada acima, podemos observar que é improvável se chegar a uma atribuição comum de *status* aos países IBAS. No entanto, todos os supracitados autores destacam a possível influência internacional exercida pelos países IBAS; a participação e confiança da parte destes em fóruns multilaterais; e a preferência por uma atuação coletiva na arena internacional. Além disso, a forma de ação é diferenciada, pois estes países, que são indiscutivelmente considerados em desenvolvimento, segundo os autores, buscam uma forma de inserção internacional mais justa e igualitária. Nesse sentido, e tendo como referência a incapacidade de se alcançar objetivos de forma isolada, a ação conjunta via mecanismos de cooperação aparece como estratégia mais adequada para países desse tipo. Diante da

discussão apresentada e para melhor desenvolvimento, no decorrer do trabalho adotaremos a nomenclatura de Países Intermediários para especificar o *status* dos países IBAS.

Destarte, é imprescindível relacionar o *status* de Índia, Brasil e África do Sul ao estabelecimento do Fórum de Diálogo IBAS, pois, uma parceria multilateral seria típica de países intermediários. Além disso, países desse tipo têm em sua cooperação estratégias diferenciadas, tal qual a Cooperação Sul-Sul, que será apresentada no tópico seguinte.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Para Kamal Chenoy (2010) os países do hemisfério Sul estão desfavoravelmente localizados no Sistema Econômico Mundial, além de não disporem de poder suficiente para influenciar individualmente as instituições internacionais ou o ambiente econômico que tanto os afeta. Assim, a ideia de Cooperação Sul-Sul surgiu para reforçar a capacidade de negociação desses países com o Norte, através de esforços cooperativos com o desígnio de resolver questões relacionadas ao comércio, ao desenvolvimento e à ordem econômica internacional. Deste modo, a concepção de países do Sul não é um dado apenas geográfico, mas, sobretudo, econômico e político.

Entendemos então que a concepção de *concertações* Sul-Sul não é recente e nem os intentos que levam a formação dessas coalizões⁸ entre países do Hemisfério Sul, levando-se em conta a necessidade de se pensar nos interesses e nas estratégias desenvolvidas conjuntamente no sistema internacional. Essa maior aproximação entre países do Sul pode ser identificada como *cooperação horizontal*, com o desígnio de atravancar as desigualdades internacionais dirigidas pelos países desenvolvidos do Norte, assim como o implemento de ações conjuntas buscando o enfrentamento de problemas domésticos semelhantes. Assim, os atores do Sul passam a ter maior importância e a institucionalização de coalizões Sul-Sul é vista como um recurso válido e estratégico para a melhor forma de inserção desses países no ambiente internacional (RODRIGUES, 2010).

⁸ Oliveira, Onuki e Oliveira (2006) consideram o IBAS uma coalizão, o conceito corresponderia a um grupo que se forma com propósitos de barganha e negociações coletivas. Refere-se a qualquer grupo de tomadores de decisão que participam de uma negociação e que concordam em agir coordenadamente a fim de chegar a um consenso.

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas no ano de 2008 promoveu o *Background Study for the Development Cooperation Forum* intitulado de *Trends in South-South and Triangular Development*. O estudo abarca breve histórico da Cooperação Sul-Sul, tendências, direcionamentos e levantamento de dados acerca do assunto.

De acordo com o estudo realizado pela ECOSOC (2008) a Cooperação Sul-Sul tem longo histórico. Uma das primeiras realizações dessa espécie, por exemplo, seria o Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Econômico Árabe (KFAED), que foi estabelecido em 1961. Além desse caso, a China também vem provendo assistências aos países africanos há mais de cinquenta anos, incluindo a construção da ferrovia Tazara entre a Tanzânia e a Zâmbia, no final dos anos 1960. Esses são apenas alguns exemplos citados pelo estudo, pois o número dos países contribuintes nessa área desde então tem crescido consideravelmente. Diversos países em desenvolvimento têm caminhado no sentido de estabelecer agências de cooperação para o desenvolvimento e ampliar o foco para programas mais abrangentes de cooperação técnica. Apesar do crescimento, o volume da Cooperação Sul-Sul ainda permanece limitado, pois segundo o estudo da ECOSOC, o relativo declínio da Cooperação Norte-Sul fez com que a primeira parecesse maior do que realmente é.

A pesquisa desenvolvida pela ECOSOC abrange dezoito países em desenvolvimento que fornecem assistência para o desenvolvimento, dentre eles: Índia, Brasil e África do Sul, que estão entre os dez maiores contribuintes bilaterais⁹ (cada um com programas de assistência ao desenvolvimento de mais de cem milhões de dólares por ano). Importante enfatizar a presença desses países no estudo, pois denota a importância destes enquanto atuantes na cooperação para o desenvolvimento¹⁰.

O estudo destaca ainda os tipos de cooperação que os países selecionados exercem. Considerando os objetivos do presente trabalho, ressaltaremos apenas dos países que compõem o IBAS:

⁹ Definição de contribuintes bilaterais conforme o estudo: Southern bilateral contributors denote developing countries or economies that provide aid. This definition excludes developed countries and countries with economies in transition. (2008, p.03) Tradução Livre: Contribuintes bilaterais sulistas denotam países em desenvolvimento ou economias que fornecem assistência/ajuda. Esta definição exclui países desenvolvidos e aqueles cuja economia esteja em transição.

¹⁰ Adotaremos a definição de Cooperação para o Desenvolvimento estabelecida no estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e a estenderemos aos demais países, deste modo: Cooperação Internacional para o desenvolvimento é: “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal (brasileiro), totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território (brasileiro), ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas”. (2010, p.17)

Tabela 1
Tipos de Cooperação exercida pelos países IBAS

South Africa	Currently, almost all South African aid is channelled through multilateral channels (including NEPAD ¹¹ , African Renaissance Fund, etc). Provides some debt relief. ¹²
Brazil	Brazilian aid mainly consists of Technical Cooperation. Provides also some debt relief and food/emergency assistance. ¹³
India	Aid fundamentally project oriented (including Technical Co-operation), with exceptions of Bhutan and Nepal and recently also Afghanistan. Provides some debt relief. ¹⁴

Tabela modificada. Fonte: *Trends in South-South and Triangular Development*. (2008 ,p.13)

Segundo a pesquisa, a cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular¹⁵ para o Desenvolvimento seguem sendo cada vez mais importantes. De 2006 para 2008 houve aumento de 8% para 10% do total mundial de cooperação nessa área. Além disso, o volume de Cooperação Sul-Sul teve o significativo valor de 16.200 milhões de dólares no ano de 2008 (crescimento de 63% com relação ao ano de 2006).

Parece-nos importante apontar esses dados de Cooperação para o Desenvolvimento no âmbito Sul-Sul, que incluem os países IBAS, para que se tenha conhecimento de suas atuações prévias. Como podemos ver através da tabela acima, o Fundo IBAS, que será destacado adiante, não é um “tiro no escuro”, é uma espécie de mecanismo que já vinha sendo ensaiado pelos países que constituem a aliança. Os líderes que formalizaram o IBAS

¹¹ NEPAD, em inglês: New Partnership for Africa's Development

¹² Tradução Livre: Atualmente, quase toda ajuda sul-africana está canalizada através de canais multilaterais (incluindo NEPAD, Fundo de Renascença Africano, etc). Fornece certo alívio no débito.

¹³ Tradução Livre: O apoio brasileiro consiste principalmente de cooperação técnica. Proporciona também algum alívio no débito e assistência alimentícia e de emergência.

¹⁴ Tradução Livre: Ajuda fundamentalmente orientada em projetos (incluindo cooperação técnica), com exceção do Butão e Nepal, e, recentemente, do Afeganistão (PBAs). Fornece certo alívio no débito.

¹⁵ Significado de Cooperação Triangular conforme o estudo: donors or multilateral institutions that provide development assistance to Southern governments to execute projects/programmes with the aim of assisting other developing countries. (2008, p. 03) Tradução livre: doadores ou instituições multilaterais que fornecem assistência ao desenvolvimento de governos sulistas para executar projetos/programas com o intuito de auxiliar outros países em desenvolvimento.

notoriamente vêm a cooperação Sul-Sul como uma ferramenta para atingir o desenvolvimento.

Nesse contexto, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2007) a estratégia basilar de inserção internacional da política exterior brasileira do Governo Lula é a autonomia por diversificação¹⁶. Enfatizando deste modo a cooperação Sul-Sul, com a finalidade de alcançar maior equilíbrio com os países do norte, através de ajustes, expandindo o protagonismo internacional do país e concretizando as alterações de programa de política externa. Assim sendo, a aproximação com os países do Sul ganhou destaque no Governo Lula, no qual recorreu-se a uma relação mais sólida com os países em desenvolvimento, motivada por essa percepção da cooperação Sul-Sul como sendo capaz de projetar o país ao desenvolvimento. No tópico seguinte exploraremos o desempenho do Brasil nesse tipo de Cooperação.

1.3 COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO

O Brasil apresenta uma forte tendência histórica ao multilateralismo e à cooperação internacional. (CERVO; BUENO, 2008). A Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Brasileira desenvolve-se principalmente com países do Sul e configura-se como um instrumento de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países.

Após o desenvolvimento de uma pesquisa conjunta, no ano de 2010 o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), publicou o trabalho *A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*. Assim, a partir desse estudo, de fontes periódicas e bibliográficas analisaremos o desempenho brasileiro na área.

¹⁶ Segundo os autores, autonomia pela diversificação consiste na adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (VIGEVANI; CEPALUNI 2007, p. 283)

Através de pesquisas realizadas, chegamos ao entendimento que não há uma definição consensual sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Mesmo entre as instituições internacionais, a descrição do conceito varia. Assim sendo, como já expomos anteriormente e reiteramos no momento, tal qual o estudo do IPEA, consideraremos Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como sendo:

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal (brasileiro), totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território (brasileiro), ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas. (IPEA, 2010, p.17)

É sabido que durante décadas o Brasil foi majoritariamente receptor de ajuda internacional. O estudo expõe que houve diminuição desse recebimento assim como ascensão da ajuda prestada pelo país. Conforme os dados, entre 2005 e 2009, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento alcançou valor próximo a R\$2,9 bilhões. Mais especificamente, a assistência humanitária e a cooperação técnica registraram aumentos absolutos consideráveis durante o período em análise, passando de R\$28,9 milhões em 2005 (7,53% do total do ano), para 184,8 milhões em 2009 (o que corresponderia, comparativamente, a 25,51% do total de 2005).

Os número relacionados à assistência humanitária e à cooperação técnica indicam que, segundo o estudo, o Brasil acumulou bons resultados na implementação de suas políticas sociais. Mesmo quando estas ainda estavam se consolidando internamente, o governo já recebia crescentes pedidos de parceiros para compartilhar suas experiências positivas. Atualmente, mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal estão envolvidas nas ações de cooperação internacional, sendo assim, a expertise brasileira disponibilizada em diversos setores.

Rossi (2011) ressalta que conforme se expande a cooperação brasileira, há crescimento de seu poder político e econômico. De acordo com a autora “o foco brasileiro é ajudar os países do Sul a se desenvolverem na chamada Cooperação Sul-Sul, replicando experiências nacionais bem-sucedidas” (2011, p. 13).

Deste modo, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, a atuação do governo brasileiro se concentra principalmente na Cooperação Técnica, que proporciona capacitação e transferência de conhecimentos em áreas que o país possui projetos com bons resultados. Este tipo de cooperação aumentou consideravelmente a partir do Governo Lula. Para se ter uma

ideia, o orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) passou de R\$ 4,5 milhões em 2003, pra R\$ 52 milhões em 2011 (ROSSI, 2011).

Um diferencial da Cooperação desempenhada de modo geral pelo Brasil é que o país não impõe condicionalidades nem intervém no país auxiliado, ao contrário da cooperação realizada muitas vezes pelos países do Hemisfério Norte e, principalmente, pelas organizações multilaterais. Nesse sentido, o Brasil estaria moldando um perfil próprio de ação internacional através da cooperação e aumentando seu prestígio junto àqueles aos quais ajuda

Os países chamados de doadores tradicionais concedem recursos financeiros (difícilmente cooperação técnica) em troca da implementação de condições políticas e econômicas (adesão ao FMI¹⁷ ou BM¹⁸, por exemplo) tornando as nações receptoras intensamente dependentes de ajuda, atrasando ou impossibilitando seu real desenvolvimento. Um bom exemplo para ilustrar essa realidade, conforme Rossi (2011): Moçambique possui quase metade do orçamento do Estado custeado por doadores internacionais, que estabelecem anualmente uma lista de metas políticas, sociais e econômicas a serem alcançadas. No ano de 2009, o resultado das eleições no país não foi bem recebido pelos doadores internacionais, que suspenderam o envio de recursos, levando ao caos as contas públicas. Esse tipo de posicionamento é o inverso do método brasileiro, que se caracteriza como não-intervencionista.

1.4 SOFT POWER NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Joseph Nye, no ano de 1990, cunhou o termo *Soft Power* em sua obra intitulada de *Bound to Lead: The Changing of American Power*. Na ocasião, o autor defendeu a distinção entre dois tipos de poder: o *Hard Power* (poder duro) e o *Soft Power* (poder brando). O primeiro se caracteriza por meios considerados tradicionais, isto é, o país que é detentor deste tipo de poder impõe suas vontades aos demais países através de recursos militares e/ou econômicos. O *Soft Power* por outro lado está ligado à ideia de fazer com que o outro país realmente queira agir conforme o país detentor deste tipo de poder pretende que ele aja. O país atinge resultados desejados no Sistema Internacional através da atração ao invés da

¹⁷ Fundo Monetário Internacional.

¹⁸ Banco Mundial.

coação. Assim sendo, o *Soft Power* pode estar na atração provocada por idéias ou na capacidade para instituir agendas que abarquem a preferência de outros parceiros.

No ano de 2004 Nye publicou outra obra que trata sobre o assunto: *Soft Power – the means to success in world politics*¹⁹. Nye define *Soft Power* como:

It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our Soft Power is enhanced.²⁰ (NYE, 2004, p. X)

Deste modo, um país pode alcançar os resultados que deseja no mundo da política porque os outros países simplesmente querem segui-lo. Diferentemente do *Hard Power*, que se baseia em ameaças e induções, o *Soft Power* se fundamenta na habilidade de moldar as preferências dos outros países.

Nye (2004) alega ainda que *Soft Power* não seria simplesmente o mesmo que influência, e não é apenas a habilidade de persuadir ou de convencer terceiros através da argumentação. É principalmente a capacidade de atrair. E, a atração, conforme o autor, leva muitas vezes a aquiescência. Assim, *Soft Power* é o poder atrativo (*attractive Power*). O *Soft Power* de um país está fundamentado primariamente em três recursos: sua cultura; seus valores políticos e sua política externa.

Paulo Roberto de Almeida (2009) enxerga instrumentos de *Soft Power* brasileiro tais quais as novelas, que fazem sucesso no exterior (podemos classificá-lo como recurso cultural de acordo com a divisão apresentada por Nye, por exemplo); o acolhimento de estudantes estrangeiros em nossas universidades; a cooperação técnica que prestamos aos países em desenvolvimento (podemos classificá-la como o recurso de política externa); além da exportação de capitais brasileiros, entre outros, que criam um ambiente favorável ao Brasil no plano das Relações Internacionais.

Almeida Filho (2009) avalia que no Governo do Presidente Lula (2003-2010) houve um aumento dos recursos de poder do país. Conforme o autor, “aos elementos tradicionais – militares e econômicos - o Governo Lula conseguiu agregar uma parcela considerável de poder brando (*Soft Power*)” (2009, p.82). Parte deste poder adveio da própria personalidade

¹⁹ Tradução Livre: *Soft Power* – os meios para alcançar o sucesso no mundo político.

²⁰ Tradução Livre: É a habilidade de conseguir o que se deseja através da atração ao invés de pagamentos ou coerção. Surge da atratividade e cultural, de ideais políticos e de comportamento de um determinado país. Quando todas nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos de outros, nosso *Soft Power* é aprimorado.

considerada carismática do presidente e sua biografia, como também da bandeira do combate à fome (nesse caso, conforme definição de Nye, podemos classificar o combate à fome como recurso de valor político). Para o autor, o *Soft Power* brasileiro se mostrou forte já no início de formação do próprio IBAS, quando o Brasil conseguiu incluir o tema do Combate à fome junto à Índia e África do Sul. Isto é, atraiu os dois países para “reforçar uma linha de política externa, de início, prioritariamente brasileira” (ALMEIDA FILHO, p.83, 2009).

De acordo com Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst (2009) a intenção brasileira por influenciar regimes internacionais e regras, além do propósito de ser visto como um ator importante, encontraram expressão em formas brandas de poder (*Soft Power*), isto é, o país procurou evitar acumular poder em sua forma mais bruta, principalmente militar.

Finalizamos o capítulo realizando um retrospecto da discussão feita anteriormente para melhor entendimento da introdução do conceito de *Soft Power* na discussão como um todo. Partimos do entendimento dos países IBAS enquanto países intermediários, o que explicaria sua participação em organismos multilaterais como o IBAS e o crescimento da Cooperação Sul-Sul. Exibimos a ideia de que o Brasil possui uma crença em seu direito a um papel mais influente em assuntos mundiais (HURRELL, 2009) e que por meio de uma diplomacia autonomista se enxerga capaz de afetar o sistema internacional (SOARES DE LIMA, 2005). Assim sendo, através dos dados apresentados acerca da Cooperação Sul-Sul, mostramos que os países que compõem o IBAS enxergam este tipo de cooperação como um possível caminho para o desenvolvimento, alcançando assim maior protagonismo internacional e maior equilíbrio com os países do Norte. Diante deste quadro, introduzimos a ideia de que o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza pode ser considerado um possível instrumento de *Soft Power* na Política Externa Brasileira. Uma vez que ao atuar através da cooperação técnica (realmente apostando no desenvolvimento dos auxiliados) sem imposições, condicionalidades ou violência, o Brasil estaria provavelmente aumentando sua influência positivamente perante os receptores. Deste modo, a influência do país seria incrementada através do *Soft Power*.

CAPÍTULO II.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IBAS E OS PROJETOS DO FUNDO IBAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA

Este capítulo tem como intuito apresentar o Fórum IBAS de forma abrangente, para tanto, o iniciaremos com o antecedente imediato à institucionalização do Fórum. Em seguida discutiremos sobre a Declaração de Brasília, os fatores de aproximação dos países IBAS, seus trabalhos intra-grupo e sua participação conjunta em organismos multilaterais. Apresentaremos ainda o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza e seus projetos de desenvolvimento social implementados até o ano de 2011.

2.1. HISTÓRICO IMEDIATO AO ESTABELECIMENTO DO FÓRUM

Apesar de não desconsideramos os vínculos históricos que marcaram os contatos entre Índia, Brasil e África do Sul desde os séculos iniciais da colonização portuguesa; ou a maior aproximação ao longo dos anos após as independências destes países, não nos cabe realizar uma análise histórica mais profunda no presente trabalho, assim sendo, nos ateremos ao histórico imediato que antecede a institucionalização do IBAS.

A composição do IBAS remonta a uma proposta do Congresso Nacional Africano (em inglês *African National Congress – ANC*), que já ensaiava a criação de um grupo do Sul, do qual a África do Sul faria parte, e que serviria como interlocutor entre a região e o G8²¹. Apesar do advento do primeiro governo democrático da África do Sul, de Nelson Mandela (1991-2000), o país não se sentiu plenamente confiante para por em prática uma proposta de tão aparente liderança do mundo em desenvolvimento, visto que a transição para a democracia no país não estava plenamente consolidada. Dessa forma, a ideia só começou a

²¹ A sigla G-8 corresponde ao grupo dos oito países mais ricos e influentes do mundo. Fazem parte os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia. Antes chamada de G-7, a sigla alterou-se com a inserção da Rússia, que ingressou no grupo em 1998.

ser desenvolvida no governo de Thabo Mbeki (1999-2008), período em que a democracia no país já se mostrava estabelecida.

Do ponto de vista sul-africano, o G8 já não era capaz de formular soluções para vários problemas do mundo globalizado e havia necessidade de incorporação da visão dos países em desenvolvimento. Deste modo, no início de 2001 Mbeki convidou alguns países que ele julgava serem representativos para compor um grupo que procederia como interlocutor do G8²². Contudo, o atentado terrorista aos Estados Unidos em setembro de 2001 gerou grande turbulência internacional e impediu que o grupo se reunisse pela primeira vez.

O adiamento da reunião deu à África do Sul a oportunidade de analisar melhor sua proposta. De acordo com Almeida (2009), impedimentos de duas ordens se configuraram no sentido de evitar que Mbeki convocasse uma nova reunião para a composição de um “G8 do Sul” e mudasse o caráter de sua proposta inicial. Primeiramente, impedimentos surgiram no âmbito dos países que possivelmente iriam compor o Grupo. Por exemplo, a África do Sul teria convidado China e Arábia Saudita para participar da união, o que não seria apropriado diante do propósito de ser um grupo interlocutor do G8, visto que este prima pelos compromissos com a democracia e liberdades individuais. A segunda ordem de impedimentos foi em relação ao propósito do grupo. Ao se firmar como interlocutor do G8, o grupo só existiria se este o aceitasse. Deste modo, entendeu-se que seria melhor um grupo de países do Sul que tivesse a existência dependente exclusivamente da vontade dos seus componentes

A articulação política para a composição de um grupo de países do Sul só aconteceu em 2003, na posse do Presidente Lula. De acordo com Celso Amorim²³, então Ministro das Relações Exteriores:

Hoje, creio que vivemos um momento muito especial porque, pela primeira vez, há uma reunião propositadamente convocada dos três Ministros do Exterior do Brasil, Índia e África do Sul. Essa é uma idéia que de alguma maneira reflete um pensamento que estava presente e que sobretudo o Presidente Mbeki vinha impulsionando de uma maneira mais ampla. Quando a Ministra Zuma esteve aqui, acompanhando o Presidente Mbeki por ocasião da posse do Presidente Lula, nós desenvolvemos essa idéia e, logo em seguida, a Ministra Zuma conversou com o Ministro indiano. (...) É a primeira reunião desses três países com este propósito de intensificar as relações Sul-Sul de uma maneira muito prática e concreta. (AMORIM, 2003)

²² De acordo com Vikrum Sequeira (2008), teriam sido convidados os seguintes países: Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Índia, México e Nigéria.

²³ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaxador-celso-luiz-nunes-amorim/entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-print-nota>

Deste modo, percebe-se que a ideia do IBAS já estava presente no pensamento dos três países, sendo impulsionada pelo Presidente Mbeki. Este, através da Ministra dos Negócios Estrangeiros Nkosazana Dlamini-Zuma, entrou em contato com o Chanceler brasileiro Celso Amorim e com o Ministro de Assuntos Exteriores Indiano, Yashwant Sinha. Assim, em 06 de junho de 2003, os três Ministros se encontraram em Brasília, elaborando na ocasião a *Declaração de Brasília*²⁴ – documento que oficializou a criação do IBAS e que ressalta pontos em que os países pretendem fortalecer sua cooperação - e um Comunicado Conjunto.

2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IBAS E SUA AGENDA

Como mostramos acima o estabelecimento oficial do IBAS deu-se através da *Declaração de Brasília*. Esta é composta por vinte pontos que realçam os objetivos do Fórum, assim como a esfera de atuação do grupo no cenário internacional. O documento de modo geral apresenta: fatores que levaram os países a se reunirem em torno de um Fórum de Diálogo, tais quais: a necessidade do fortalecimento do diálogo Sul-Sul, o caráter democrático e de atuação global semelhantes dos três países; o objetivo de analisar temas da agenda internacional e de interesse mútuo; defesa do fortalecimento e reforma da ONU, especialmente a reforma do Conselho de Segurança; incentivo ao comércio justo; promoção da inclusão e equidades sociais; visão comum de necessidade do combate à fome; discussão sobre o desenvolvimento socioeconômico; como também do desenvolvimento sustentável e novas ameaças à segurança. Almeida Filho (2009) considera o IBAS como um agrupamento com finalidade aberta – diante da diversidade de temas tratados pelo grupo- e de limite atemporal, visto que não há especificação de um prazo de existência do Fórum.

Em Entrevista Conjunta²⁵ à Imprensa dos Chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia (2003), Celso Amorim elencou como pontos que justificam a Constituição do Fórum com a participação dos três países: a diversidade de regiões representadas no Fórum (cada país de

²⁴ Disponível em http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=87. Acesso em 05 de maio de 2011.

²⁵ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do-print-nota> Acesso em 05 de maio de 2011.

uma das três regiões do mundo em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina); o caráter democrático dos países; a importância desempenhada por estes em suas respectivas regiões; problemas sociais comuns, que os Estados estão dispostos a enfrentar; e, visões semelhantes em temas multilaterais. Desse modo, de acordo com Amorim (2003), “era preciso transformar essa coincidência virtual em uma cooperação real”.

Bueno (2010) corrobora a ideia de que o IBAS foi estabelecido entre três países que possuem interesses comuns e complementares, contudo, a autora chama atenção para as divergências existentes entre eles, pois podem ser detectadas disparidades significativas relacionadas às questões demográficas, econômicas, sociais e culturais. A Índia, por exemplo, possui população de mais de 1.1 bilhão de pessoas, enquanto que Brasil e a África do Sul possuem respectivamente 203,430 milhões e 49,004 milhões²⁶. Outro exemplo consistente dessa discrepância pode ser observado também no Produto Interno Bruto (PIB) desses países - que pode ser considerado um dado de medição do grau de desenvolvimento econômico de um Estado. O PIB brasileiro no ano de 2010 foi de 2,090.314 bilhões de dólares, o indiano de 1,537.966 bilhão, enquanto que o sul-africano foi de 357,259 milhões.²⁷ No entanto, apesar dessas disparidades, que por diversas vezes são destacadas por distintos autores, o Fórum IBAS caracteriza-se como uma parceria coesa e lógica, principalmente pelo fato de os três países possuírem posições comuns em diversos fóruns internacionais de cooperação e negociação. Para se ter dimensão do grau de convergência entre os parceiros, previamente à institucionalização do Fórum, Índia, Brasil e África do Sul votaram igualmente em 96% das questões discutidas no âmbito da ONU, o que comprova os interesses comuns desses países em temas internacionais e multilaterais (BUENO, 2010).

A estrutura política do IBAS é composta de três níveis institucionais. No ápice, reúnem-se os chefes de estado dos três governos em Cúpulas Presidenciais, cuja periodicidade é variável. Em um segundo plano são realizados encontros ministeriais em que se reúnem os Ministros das Relações Exteriores dos três países. Ocorrem, ainda, encontros entre as burocracias governamentais através dos Pontos Focais²⁸ de cada uma das Secretárias de Estado.

Almeida Filho (2009) advoga que o IBAS apresenta dois tipos de relacionamento. O intra-grupal, que corresponde aos temas de interesses específicos das relações trilaterais,

²⁶ Dados de 2011. Disponíveis em: <http://www.census.gov/ipc/www/idb/country.php>

²⁷ Dados de 2010 do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <http://www.imf.org/>

²⁸ Denominação dada aos representantes diplomáticos dos Estados responsáveis pela condução das ações do IBAS

como a implementação de projetos de cooperação, por exemplo; e o externo ao grupo, para interagir em bases bilaterais com um país ou outro grupo de países – como o G8 – ou para atuar em conjunto em determinado organismo multilateral. Resumidamente, o relacionamento intra-grupal se desenvolve via intercâmbios técnicos, científicos e tecnológicos nas áreas de transporte, energia, infra-estrutura, educação, saúde (direitos de propriedade intelectual, medicina tradicional, pesquisas epidemiológicas, vacinas, desenvolvimento de produtos) através do desenvolvimento de políticas de compartilhamento de informações, que visam o incremento das trocas técnicas e comerciais entre os membros, fortalecendo as respectivas economias.

Já o relacionamento extra-grupo, desde o estabelecimento do IBAS em 2003, vem se fazendo presente em diversas situações. A primeira delas foi no decorrer da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún em setembro do mesmo ano de criação do Fórum. Na ocasião, a expectativa dos países em desenvolvimento era que temas de seus interesses, tal qual liberalização do comércio de produtos agrícolas, fossem considerados centrais e tratados de forma sensível considerando suas perspectivas de desenvolvimento. Entretanto, os posicionamentos dos Estados Unidos e União Européia foram de encontro aos interesses dos países em desenvolvimento²⁹. Assim sendo, a atmosfera parecia revelar que as decisões seriam tomadas apenas por EUA e União Européia e os demais países apenas as referendariam. No entanto, no contexto da Reunião de Cancún, houve a criação de um grupo de articulação e resistência dos países em desenvolvimento, o G-20³⁰. Nesse sentido, o Fórum IBAS é considerado basilar para o estabelecimento do G-20 (ALMEIDA, 2009; ALDEN e VIEIRA, 2005; BUENO, 2010; OLIVEIRA, 2005; WHITE, 2010), visto que o IBAS é avaliado como o pólo em torno do qual se articulou o grupo que estava surgindo. Assim sendo, acerca do G-20 White afirma que: “this was the first coalition of developing countries to directly confront the developed world in such a robust and direct manner, and is widely seen to represent a victory for the developing South³¹” (2010, p.11).

²⁹ Segundo Almeida (2009, p.23), “quanto às questões agrícolas, por exemplo, os Estados Unidos reduziram o alcance das concessões que estavam dispostos a fazer. A fim de alinhar a sua lista com uma muito menos ambiciosa, da União Européia, atitude que causou compreensível descontentamento entre os países do Sul”

³⁰ O G-20, conforme Bueno (2010), concentra sua atuação na agricultura e é composto por 23 países. São eles: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

³¹ Tradução Livre: esta foi a primeira coalizão de países em desenvolvimento a confrontar diretamente o mundo desenvolvido de maneira tão robusta e direta, e é amplamente vista como símbolo de uma vitória do Sul emergente.

Outro tema tratado em conjunto pelos países IBAS é a reforma do Conselho de Segurança (CS) da ONU. A intenção dos três Estados, de acordo com documento da Terceira Cúpula de Chefe de Estados do IBAS realizada em Nova Délhi em 2008, é tornar a organização democrática e coerente com as prioridades dos países em desenvolvimento. Deste modo, defendem a expansão dos assentos permanentes e não-permanentes do CS para que haja uma composição que reflita a realidade internacional contemporânea. Vale destacar que apesar do pleiteio conjunto nesse assunto, os países IBAS sofrem resistência dos países vizinhos. A liderança da África do Sul não é totalmente aceita pela Aliança Africana³², Brasil enfrenta a oposição da Argentina³³ e a Índia da China e do Paquistão. Em discurso, na ocasião da 58ª Sessão de Abertura da Assembleia Geral da ONU em 2003, o presidente Lula ponderou:

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação. É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição; em especial no que se refere aos membros permanentes; não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos. Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional; muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. (LULA, 2003)

Diversas outras temáticas compõem o espectro de discussões multilaterais realizadas pelos países IBAS. O Documento resultante da Terceira Cúpula de Chefe de Estados do IBAS realizada em Nova Délhi em 2008 retrata a variedade de temas tratados pelo Fórum: Governança Global, Metas de Desenvolvimento do Milênio; Cooperação Sul-Sul; Desenvolvimento Sustentável; Reformas da ONU; Mudanças Climáticas; Biodiversidade; Direitos Humanos; Gênero; Desarmamento; Uso Pacífico de Energia Nuclear; Terrorismo; Rodada de Doha; Crise Financeira Internacional, Energia; Segurança Alimentar; opiniões comuns em relação ao processo de paz no Oriente Médio, situação no Iraque e Afeganistão, entre outros.

³² De acordo com Alden e Vieira (2010), a África do Sul voltou atrás no seu pleiteio, mas isso se deve mais ao fato da existência de posições contrárias dos seus rivais africanos do que à falta de interesse em ocupar um assento permanente no CS.

³³ Por outro lado, o presidente venezuelano Hugo Chávez em visita ao Brasil em junho de 2011 declarou que a Venezuela apóia incondicionalmente a candidatura do Brasil a uma vaga permanente no CS. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/06/venezuela-defende-vaga-permanente-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>. Acesso em 20 jun. 2011.

Peter Draper, Greg Mills e Lyal White (2004), analistas políticos sul-africanos, alegam que o IBAS vai possivelmente estar no centro de qualquer iniciativa para mudar a atual ordem comercial. Acrescentamos ainda, assim como Almeida Filho (2009), que a importância do Fórum se encontra não só na arena comercial, mas em todo o universo multilateral.

Reiteramos que de acordo com nosso entendimento, a inclinação do IBAS ao tratamento de temas multilaterais, como acima exposto, reside na própria condição de países intermediários dos países que compõem o Fórum. Visto que a preferência por foros multilaterais é típica de Estados que possuem esse *status*, na medida em que esses países enxergam condições que lhe são mais adequadas para se engajarem em negociações com grandes potências ou com uma potência hegemônica (ALMEIDA, 2009).

2.3 O FUNDO IBAS DE COMBATE À FOME E À POBREZA

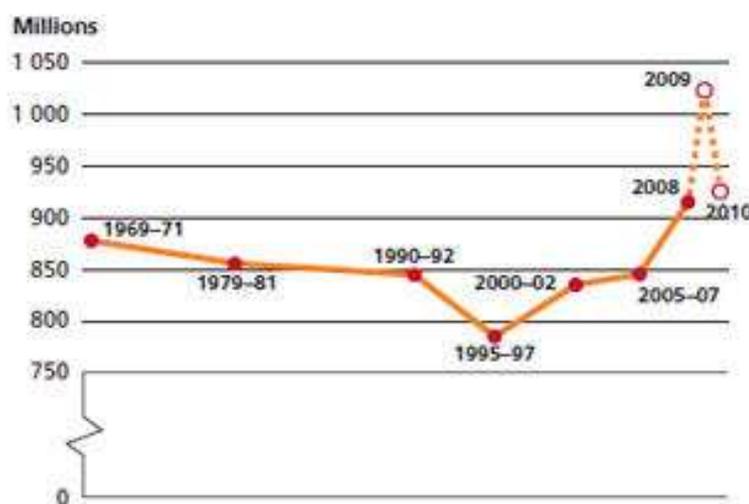
A formação do G-20 não é o único resultado da atuação do IBAS no plano multilateral, é primordial destacarmos a criação do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, constituído no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Não há dados precisos de quantas pessoas passam fome³⁴ no mundo. No entanto, segundo estimativas³⁵ da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), 925 milhões de pessoas estão desnutridas atualmente (2010). Como mostra a figura abaixo, o número de pessoas nessa situação tem aumentado desde 1995-97 (apesar de ter diminuído do ano de 2009 para 2010). Importante destacar que as estimativas revelam que das 925 milhões de pessoas desnutridas, 906 milhões estariam nos países em desenvolvimento.

³⁴ A fome é definida através de três fatores: sensação de desconforto ou dor causada pela falta de alimento; ausência ou escassez de alimento em um país; forte desejo ou ânsia por alimento. A fome mundial refere-se à definição acima apresentada agregada ao nível mundial. O termo técnico utilizado é desnutrição. Disponível em: <http://www.worldhunger.org> Acesso em 13 jun. 2011.

³⁵ Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf> Acesso em 13 jun. 2011

Gráfico 1 - Número de Pessoas Desnutridas no mundo - 1969-2010



Fonte: FAO (2010)

Nesse sentido, com a emergência de atores do sul global, como os países IBAS, esses aspectos relacionados à fome e pobreza são colocados na agenda mundial de forma mais enfática. Assim sendo, em discurso na Abertura da 58ª Assembleia Geral da ONU em 2003, o Presidente Lula sinalizou a gravidade do tema ‘fome’ e indicou o imperativo de se agir conjuntamente para seu combate. Na ocasião, Índia, Brasil e África do Sul já indicaram ao PNUD sua disposição em desenvolver projetos de média escala, que pudessem ser replicados e disseminados em outros países. Inicialmente cogitou-se que a fonte dos recursos para a iniciativa poderia advir do Fundo de Solidariedade Mundial (FMS), com recursos dos Governos, além de contribuições da sociedade civil e do setor privado. Entretanto, optou-se por desenvolver um novo mecanismo financeiro, com formato de fundo fiduciário, com governança, características e objetivos específicos (MOURA, 2008).

Em 28 de maio de 2004 o Fundo foi finalmente institucionalizado³⁶, ficando a cargo do PNUD sua administração. O Fundo busca apoiar projetos que sejam baseados nas capacidades disponíveis nos países que compõem o Fórum e em suas experiências bem-sucedidas para que essas sejam compartilhadas e contribuam com as prioridades nacionais de outros países em desenvolvimento. Bueno (2010) caracteriza o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza como:

³⁶ Formalmente constituído no âmbito do PNUD como: IBSA Facility Fund to Alleviate Poverty and Hunger. Tradução Livre: Fundo de Assistência do IBAS para aliviar a Pobreza e a Fome.

(...) uma iniciativa de cooperação internacional, nos moldes sul-sul, para financiamento e intercâmbio de melhores práticas de projetos nas áreas de saúde, educação, seguranças sanitária e alimentar que visem o combate à fome e à pobreza, operacionalizada no âmbito do PNUD. (BUENO, p.94, 2010)

O funcionamento do Fundo é regulado por um Conselho Diretor, composto por representantes governamentais dos três países IBAS e um representante do PNUD. Cabe ao Conselho a direção estratégica do Fundo, além da seleção e aprovação de projetos, bem como a captação e alocação de recursos. O financiamento dos projetos³⁷ procede das contribuições anuais dos países IBAS, organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e outros países doadores.

Entre os critérios utilizados para avaliar as propostas submetidas ao Fundo estão: potencial para reduzir a fome e a pobreza; alinhamento com as prioridades do país receptor; uso das capacidades disponíveis nos países do IBAS e de suas experiências bem-sucedidas; sustentabilidade; impacto identificável; possibilidade de que a iniciativa seja replicada; inovação; realização em período de 12 a 14 meses.³⁸

Até a data de finalização deste trabalho, os seguintes países foram beneficiados pelo Fundo: Guiné-Bissau, Haiti, Cabo Verde, Camboja, Laos e Burundi. É válido destacar o critério geográfico dos projetos, pois existem representantes dos três continentes dos quais os países IBAS fazem parte: Ásia, América e África.

O primeiro projeto foi implementado³⁹ em Guiné-Bissau⁴⁰ (África) em março de 2005 e concluído em junho de 2007 intitulado de: “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária na Guiné Bissau”. O montante aplicado foi de US\$498.750,00 e o projeto abarcou a distribuição de ferramentas para agricultores, a organização de aulas de alfabetização para mulheres, além do desenvolvimento de um programa de apoio da agricultura e da pecuária com ênfase na geração de renda e combate à pobreza. Este projeto abrangeu a produção de arroz, hortícola e frutícola, produção animal de ciclo curto e formação e capacitação de técnicos nacionais, agentes de Organizações não-governamentais (ONGs), agricultores e

³⁷ Cada um dos três países IBAS comprometeu-se a destinar US\$ 1 milhão por ano ao Fundo. Os recursos do Fundo são administrados pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (UECSS) do PNUD, mediante pagamento de taxa de administração.

³⁸ Informações disponíveis no sítio: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> Acesso em 16 jun. 2011.

³⁹ As informações acerca dos projetos foram retiradas de vários órgãos oficiais. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> Acesso em 20 jun. 2011.

⁴⁰ Segundo relatório do IPEA (2010), Guiné-Bissau é o quinto maior receptor de Assistência Humanitária advinda do Brasil entre 2005-2009 com valor de R\$5.409.910,10.

empresários agrícolas. Segundo o Relatório de Avaliação⁴¹, o projeto contribuiu para evolução na dieta da população local ao introduzir sementes adaptadas à estação chuvosa, maior conscientização e encorajamento das populações, comunidades e associações camponesas das atividades de produção agrícola e na utilização de tecnologia, incrementos de fundo que assegurem o estoque de sementes de arroz e aquisição de outros insumos, aumento da participação das mulheres em todas as atividades do projeto e nos órgãos de decisão das associações, maior e melhor uso da água no cultivo agrícola e maior e melhor capacidade de técnicos guineenses na produção de arroz, frutas tropicais, pequenos animais e processamento agro-industrial do caju. Assim, estima-se que 4,5 mil pessoas, sendo 2,6 mil mulheres, beneficiaram-se direta ou indiretamente da assistência técnica prestada.

O segundo projeto a receber assistência técnica e financeira do Fundo IBAS foi o “Projeto de coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles”, elaborado pelo escritório do PNUD no Haiti com duração de fevereiro de 2006 a março de 2007 com orçamento de R\$550.000,00. O projeto desenvolveu uma cultura de coleta de lixo e reciclagem, gerando assim emprego, reduzindo a incidência de doenças, prevenindo riscos de inundação dos canais obstruídos pelo lixo e redução dos impactos ambientais – principalmente através da introdução de tijolos feitos de cozimento de produtos de papel reciclado. Segundo relatório técnico⁴² (2007, p.01) “IBSA’s project in Carrefour Feuille has played a major role in the pacification of this neighborhood of Port-au-Prince, an area which has historically experienced much violence and gang activity”⁴³. O projeto emprega diretamente 385 pessoas da comunidade de Porto Príncipe (sendo 207 mulheres) com o objetivo de reduzir a violência local, auxiliar no processo de *peacebuilding*⁴⁴ do país, além de melhorar as condições de vida e estimular a atividade econômica local.

Em 2006 o Laos (Ásia) foi contemplado com o projeto “Irrigação e Manejo de Bacias Hidrográficas”. Sabe-se que o projeto já foi aprovado e o início de sua implementação estaria marcado para início de 2010, entretanto, não encontramos informações sobre seu andamento.

Em 2008, o Fundo aprovou seu projeto: “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada” implementado em Cabo Verde com orçamento de US\$37.236,00, referente apenas à taxa de

⁴¹ Disponível em http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf Acesso em 20 jun. 2011.

⁴² Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf Acesso em 20 jun. 2011.

⁴³ Tradução Livre: “O projeto IBAS em Carrefour-Feuille desempenhou um papel importante em Porto Príncipe, uma área que historicamente tem experimentado muita violência e atividades de gangues”

⁴⁴ Conceito que se refere ao processo de “construção da paz” em ambientes considerados violentos pelas Nações Unidas.

administração. O projeto contemplou reforma da Unidade Básica de Saúde de Covoada e da Unidade da Cruz Vermelha. Conforme o Relatório de Avaliação do Projeto, os benefícios atingem a população de Covoada como um todo, principalmente mulheres grávidas, crianças e doente crônicos (Unidade Básica com capacidade para 230 pessoas).

No ano de 2009 iniciou-se no país africano Burundi um projeto no valor de US\$1,1 milhão para fortalecimento da infra-estrutura e capacidade para combater ao HIV/Aids através da construção de um centro de saúde para a população soropositiva e a realização de exames de HIV. Para demonstrar a importância do projeto, conveniente relevar que em setembro de 2009 o Ministro das Relações Exteriores do Burundi, Augustin Nsanze, visitou o Brasil para discussão acerca da temática⁴⁵.

Durante a Conferência de Paris, no final de 2007, os países IBAS anunciaram a doação de US\$ 3 milhões para construção do Centro Poliesportivo para jovens estudantes palestinos. Após análise e definição do escopo junto ao governo palestino, o projeto foi iniciado em 2009 na cidade de Ramallah. O principal objetivo deste é atuar no avanço da paz a partir da realização de atividades recreativas positivas por parte dos jovens.

O projeto implementado em Camboja, por sua vez, é direcionado ao atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais e visa a formação dos residentes médicos e paramédicos em instituições dos países IBAS para desenvolver a primeira geração de profissionais especializados na área, que, através de um modelo cascata, vai capacitar e credenciar outros. Além disso, prevê-se a construção e equipagem de um novo Pavilhão do Centro para Criança e Adolescente no Hospital Chumneas Chey. Após pesquisa, não foram encontrados os valores do projeto e nem notícias relacionadas ao seu andamento, no entanto, sabe-se que o mesmo já está em fase de implementação.

Tabela 2 - Informações acerca dos Projetos do Fundo IBAS

País beneficiado	Projeto	Período
Guiné-Bissau (África)	Projeto de "Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária na Guiné-Bissau"	Março de 2005 a junho de 2007

⁴⁵ Informações disponível em: <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8820665&indice=10&canal=401> Acesso em 15 jun. 2011.

Haiti (América Central)	Projeto de "Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles"	Fevereiro de 2006 a abril de 2007.
Laos (Ásia)	Projeto de Irrigação e manejo de bacias hidrográficas.	Projeto aprovado em 2006.
Cabo Verde (África)	Projeto de "Reabilitação do Posto Sanitário de Covoadá"	Início: março de 2009.
Burundi (África)	Fortalecimento da infra-estrutura e capacidade para combater HIV/Aids.	Início: 2009.
Palestina (Oriente Médio)	Construção de Complexo Esportivo para jovens.	Início: maio de 2009.
Camboja (Ásia)	Melhorias no atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais.	-

Tabela de Elaboração Própria. Informações encontradas em sites oficiais do Governo Brasileiro.

O montante empregado nos projetos - em comparação com os valores destinados pelos Estados Unidos ou França para auxílio ao desenvolvimento, respectivamente US\$28 bilhões e US\$12 bilhões em 2010⁴⁶ - podem ser considerados irrisórios. Contudo, relevamos o aspecto simbólico político do Fundo IBAS, mais do que seus impactos concretos.⁴⁷ Entendemos que o estabelecimento do Fundo sinaliza a passagem destes países de receptores para doadores, além de que demonstra a vontade política dos três em se tornar potências, dispostos a prover bens públicos⁴⁸ para outros países em desenvolvimento, com o intuito de se afirmar como líderes deste grupo (BUENO, 2010). Deve-se levar em conta, ainda, a dimensão qualitativa dos projetos, que visam acima de tudo o combate à fome e à pobreza de maneira sustentável, através da transmissão de conhecimentos e técnicas para que os cidadãos locais tenham capacidade de dar continuidade posteriormente. Assim, o Fundo IBAS exerce uma forma

⁴⁶ Dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-aid-net-official-development-assistance-oda_20743866-table1 Acesso em 16 jun. 2011.

⁴⁷ Apesar do impacto também não poder ser considerado irrelevante, principalmente tendo em vista o grau de pobreza dos países receptores.

⁴⁸ Bens Públicos são todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta e indireta.

diferenciada de assistência, a qual o presidente Lula (2010) caracterizou em discurso como sendo: “um auxílio sem ingerência; que mostra que não precisa ser rico para ajudar”.⁴⁹

Destarte, outro aspecto que destacamos é o padrão de auxílio presente nesses projetos, pois se analisarmos os critérios utilizados para avaliação das propostas submetidas ao Fundo acima citadas, já podemos vislumbrar o diferencial desse tipo de ajuda internacional. Os projetos desenvolvidos pelo Fundo são livres de condicionalidades econômicas, como aquelas adotadas por agências multilaterais, como FMI e Banco Mundial, e pelos EUA, que demandam reformas políticas profundas nos países receptores (ou abertura econômica, por exemplo), são ainda livres de imposições desmedidas ou do uso da violência, o que os tornam benéficos aos países receptores. Desse modo, enxergamos o Fundo como um instrumento substancialmente novo em relação a outras formas de ajuda e financiamento para o desenvolvimento. À luz desse raciocínio podemos especular a formação de uma imagem positiva dos membros do Fundo perante os países receptores, visto que os projetos contemplados são baseados em princípios cooperativos e de desenvolvimento humano sem a intenção de tornar o país auxiliado sujeito às vontades dos países doadores.

Diante da reflexão realizada, inserimos a relação entre o Fundo IBAS e o conceito de *Soft Power* já discutido no capítulo anterior. Pois é sabido que este tipo de poder advém da atração cultural, ideais políticos e políticas exercidas por um país em relação ao outro. Assim sendo, podemos discutir que essa imagem positiva emergente nos países auxiliados pelo Fundo reforça ou edifica o *Soft Power* dos países IBAS. Dentro do conceito, os projetos do Fundo se caracterizariam como políticas vistas como legítimas perante os receptores do auxílio, e assim “When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our Soft Power is enhanced”⁵⁰ (NYE, 2004). Importante destacar que essa imagem positiva não é passível de se fortalecer apenas nos países receptores, mas também nos demais países do sistema internacional.

No ano de 2006 a ONU concedeu ao Fundo os prêmios Parceria Sul-Sul (South-South Partnership Awards), na categoria Aliança Sul-Sul (South-South Alliance). Esta premiação é decorrente do reconhecimento por parte das ONU de países em desenvolvimento que estão agindo em prol de outros países em desenvolvimento. Já em outubro de 2010 o Fundo IBAS foi agraciado com o Prêmio “Millennium Development Goals” em

⁴⁹ Discurso na ocasião do anúncio de ajuda econômica do IBAS ao Haiti em 2010. Vídeo disponível no sítio: <http://www.youtube.com/watch?v=GUCSnkNn0Sw&feature=related> Acesso em 16 abr. 2011.

⁵⁰ Tradução Livre: “Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos de outros nosso Soft Power é aprimorado”

reconhecimento do seu papel na Cooperação Sul-Sul, o que também evidencia a imagem positiva angariada pelos países IBAS através do Fundo. O prêmio foi concedido pelo “Millenium Development Goals Awards Committee”, organização não-governamental que busca a promoção das Metas do Milênio⁵¹ e a divulgação dos esforços de governos, organismos multilaterais, organizações não-governamentais e indivíduos que colaboram para o cumprimento das Metas.

O Fundo, assim como seus reconhecimentos de maior visibilidade, como o Prêmio Parceria Sul-Sul e o Prêmio Metas do Milênio, traz os países IBAS para o centro da discussão acerca do combate à fome e à pobreza. Além disso, detectamos uma série de reportagens e matérias internacionais⁵² que tratam do assunto em países tais quais Estados Unidos e França, como também de países receptores do auxílio (como Guiné-Bissau, por exemplo). Ou seja, o Fundo está sendo discutido em sítios internacionais, o que demonstra a visibilidade deste perante os demais países do Sistema Internacional. Deste modo, sob nossa visão, o Fundo IBAS seria um instrumento capaz de agregar *Soft Power* aos países que o compõem, visto que reforça uma imagem benigna destes países.

No capítulo seguinte apresentaremos a tendência histórica do Brasil ao multilateralismo bem como o resultado das análises das votações dos países receptores do auxílio do Fundo em relação ao Brasil na Assembleia Geral da ONU no período de 1997 a 2010. O capítulo terá um caráter analítico e reflexivo.

⁵¹ Um dos objetivos do Fundo sempre elencado pelos representantes dos países IBAS é a consecução das Metas do Milênio. Os Objetivos do Milênio foram definidos durante reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, em 2000, quando líderes de 191 nações oficializaram um pacto para tornar o mundo mais solidário e mais justo até 2015. O sucesso deste compromisso será possível pela adoção de oito iniciativas, conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que se destacam pelo teor em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza no mundo.

⁵² **Press Room**, disponível em: <http://pressroom.ipc-undp.org/2010/the-ibsa-fund-was-awarded-millennium-development-goals-prize/> Acesso em 16 jun. 2011; **Medial Global** disponível em <http://www.mediaglobal.org/article/2007-12-14/ibsa-fund-takes-innovative-steps-toward-development-in-haiti>. Acesso em 16 jun. 2011. **Réduction de la Pauvreté**, disponível em: <http://www.gw.undp.org/pauvrete.html>. Acesso em 16 jun. 2011. **Guiné-Bissau** <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=26276&catogory=news>. Acesso em 16 jun. 2011.

CAPÍTULO III.

O MULTILATERALISMO BRASILEIRO: análise do Levantamento de Dados

O envolvimento enérgico em instituições internacionais e arenas multilaterais tem sido uma característica permanente da política externa brasileira desde o fim do século XIX (CERVO; BUENO, 2008). O Brasil foi o único país sul-americano a participar da I Guerra Mundial como beligerante o que lhe garantiu presença na Conferência de Paris, em 1919⁵³. O país buscou reformar o sistema de segurança coletiva criado pela Liga das Nações e sempre se apresentou como mediador entre as grandes potências e nações menores. O Brasil participou intensamente das principais conferências que conduziram à ordem multilateral criada após 1945, e como decorrência o país é membro-fundador da ONU e um dos 23 países fundadores do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Por conseguinte, a prioridade do multilateralismo é um legado que condiciona a política externa brasileira até hoje (SOARES DE LIMA; HIRST, 2009).

Como consequência do fim da Guerra Fria o sistema internacional sofreu mudanças em sua dinâmica de funcionamento, estas podem ser percebidas através do maior fortalecimento do multilateralismo e das organizações internacionais, sobretudo da ONU. Estas mudanças tiveram reflexo na política externa brasileira a partir da busca de uma maior inserção internacional do Brasil baseada especialmente no aumento da participação do país nos órgãos multilaterais. (WROBEL; HERZ, 2002)

Afirma-se que o Brasil possui apego ao multilateralismo e respeito às regras do ordenamento multilateral, visto que sem essas regras a ordem internacional ficaria totalmente dependente apenas da vontade dos mais fortes (CERVO; BUENO, 2008). Importante frisar que o multilateralismo não é apenas uma atividade passiva, podendo muitas vezes demonstrar outro viés, caracterizada como uma força ativa para moldar a ordem mundial (COX, 1999).

Essa ideia de força ativa para moldar a ordem mundial pode ser bem representada através do conceito de *Soft Balancing* que envolve estratégias institucionais, tal qual a formação de coalizões ou alianças diplomáticas, como o IBAS, para restringir o poder das grandes potências estabelecidas, mas sem “bater de frente” com estas. Seria uma maneira

⁵³ O principal documento produzido pela Conferência foi o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, que definiu os termos da paz com as nações derrotadas na Primeira Guerra Mundial.

suave de balancear a ordem mundial e tem como objetivo alargar o espaço de manobra dos Estados mais fracos frente aos mais fortes. Flemes (2010) caracteriza a atuação brasileira no sistema internacional como *Soft Balancing*, o que demonstra a importância dada pelo país às instituições internacionais, visto que através destas, os países considerados mais fracos têm direito a voz e a voto. Logo, o Brasil utilizaria as instituições de governança global para criar novas coligações voltadas a realizar interesses comuns (FLEMES, 2010).

Portanto, é reconhecido que o Brasil valoriza a participação em fóruns multilaterais, como a ONU, e assim, que para o país, ‘votar conjuntamente’ diante de uma resolução seria um elemento positivo. Isto é, por dar credibilidade aos órgãos multilaterais, o Brasil aprecia países que apoiem seus posicionamentos e votem de forma similar. Deste modo, a votação conjunta, entre outras variáveis, se torna um possível mecanismo que contribui para *Soft Power*, pois podemos associar que se o país vota junto ao Brasil poderia ser pelo fato de enxergar os posicionamentos brasileiros como legítimos, ou no mínimo, que compartilha de interesses do Brasil. Visto que o país se configura como um país de influência crescente, essa característica poderia justificar o uso da votação conjunta no presente trabalho como comprovação, embora que parcial, de sua influência.

Para exemplificar o aumento da influência brasileira, uma pesquisa anual do Serviço Mundial da BBC⁵⁴ coordenado pelo instituto de pesquisas GlobeScan e pelo Programa de Atitudes em Política Internacional (PIPA, sigla em inglês) da Universidade de Maryland (EUA) conduzida em 27 países entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 revela que as opiniões positivas sobre a influência do Brasil no mundo tiveram o maior aumento entre as nações pesquisadas, passando de 40 a 49%.

Construímos até aqui, através do desenvolvimento do conceito de *Soft Power*, que o Fundo IBAS pode ser um elemento que gera uma imagem positiva para o Brasil e deste modo podendo ser visto como um instrumento para angariar *Soft Power*⁵⁵. Por essa razão, para se chegar a uma possibilidade de resposta a essa hipótese, escolhemos realizar um levantamento de caráter exploratório no que tange as votações da Assembleia Geral da ONU⁵⁶ dos países que compõem o IBAS, como também dos receptores de auxílio do Fundo IBAS para detectar se houve mudanças nas votações dos países receptores após a implementação dos projetos ou

⁵⁴ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110304_pesquisa_brasil_jf.shtml Acesso em 30 jun. 2011.

⁵⁵ Por diversas razões já mencionadas, tais quais: não imposição de condicionalidades, não-uso da violência, caráter qualitativo dos projetos, e etc

⁵⁶ Resoluções de 1946 a 2010 disponíveis em: <http://www.un.org/documents/resga.htm>

não. Não obstante, entendemos que apenas a variável acerca das votações em um órgão multilateral não permite auferir o *Soft Power*, sendo apenas um indicativo que auxilia a análise e abre futuras agendas de pesquisa.

O levantamento abarca as votações do ano de 1997 ao ano de 2010. Optou-se por esse período de tempo com intuito de obtermos uma comparação entre os anos anteriores à implementação dos projetos e os posteriores. Deste modo, desenvolvemos uma análise comparada entre o posicionamento dos países receptores em relação ao Brasil antes e depois dos projetos.

Como apresentamos, tem-se o total de 07 países beneficiados pelo Fundo IBAS até hoje: Guiné-Bissau, Haiti, Cabo Verde, Burundi, Laos, Camboja e Palestina. No entanto, nossa análise se aterá apenas aos quatro primeiros. Laos e Camboja não entrarão na nossa análise por não termos encontrado, nas fontes oficiais ou nas informais, informações mais precisas sobre os projetos, tais quais: o período e valores aportados. O projeto Palestino também ficará de fora por não ter representação na ONU e conseqüentemente não tendo direito de voto, o que impossibilita a realização do método escolhido.

A análise percorreu todas as resoluções que chegaram até o processo de votação, assim, iremos selecionar todas as resoluções votadas contra, a favor e as abstenções, e as classificaremos em convergentes ou divergentes comparando o voto do país receptor com o do Brasil – lembrando que cada país foi estudado individualmente em relação ao Brasil. Sempre que houver diferença entre a votação do país em comparação com o posicionamento brasileiro, consideraremos um posicionamento divergente, caso o voto seja de acordo com o brasileiro, o consideraremos convergente. As abstenções, quando isoladas, também representarão divergência. Assim, para exemplificar:

Tabela 3. Exemplo dos critérios para classificação em convergente e divergente nas votações.

Resolução	Votação	Convergência (C)/ Divergência (D)
A/RES/54/230	Brasil: a favor Haiti: a favor	C
A/RES/54/182	Brasil: a favor Guiné-Bissau: abstenção	D
A/RES/54/	Brasil: abstenção Cabo Verde: a favor	D

3.1 GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Guiné-Bissau, Cabo Verde e Brasil juntamente com mais outros 05 Estados⁵⁷ formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Deste modo, a língua comum sempre representou um fator de aproximação entre os países. De 1979 até hoje existem 17 atos bilaterais entre Brasil e Guiné-Bissau e desde 1977, 43 atos entre Brasil e Cabo Verde⁵⁸.

Através da análise de votações detectamos que Guiné-Bissau sempre apresentou um alto índice de convergência em relação aos posicionamentos brasileiros, chegando a atingir a marca de 100% de convergência no ano de 2007. Importante enfatizar que foi o ano de finalização do Projeto de "Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária na Guiné-Bissau". Porém, deve-se levar em conta que no ano seguinte há queda nessa convergência, o que indica que não foi necessariamente o projeto desenvolvido pelo Fundo que resultou na convergência plena em 2007. Segue abaixo.

Gráfico 2 - Convergência nas votações Brasil-Guiné-Bissau na Assembleia Geral

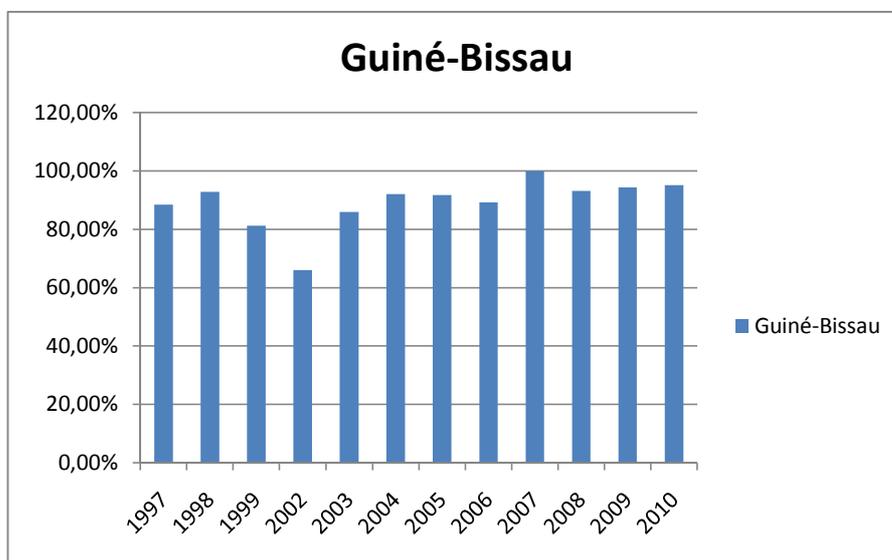


Gráfico de confecção própria. Dados da Organização das Nações Unidas.

⁵⁷ Além de Brasil e Guiné-Bissau: Angola, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁵⁸ Dados do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro.

Assim como Guiné-Bissau, o levantamento de dados acerca de Cabo Verde evidencia que o país no período estudado demonstrou alta convergência nas votações em relação ao Brasil no âmbito da Assembleia Geral da ONU. No entanto, podemos observar que a marca mais alta atingida corresponde ao ano de 2009, no qual foi iniciado o Projeto de "Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada”.

Gráfico 3 – Convergência nas votações Brasil-Cabo Verde na Assembleia Geral

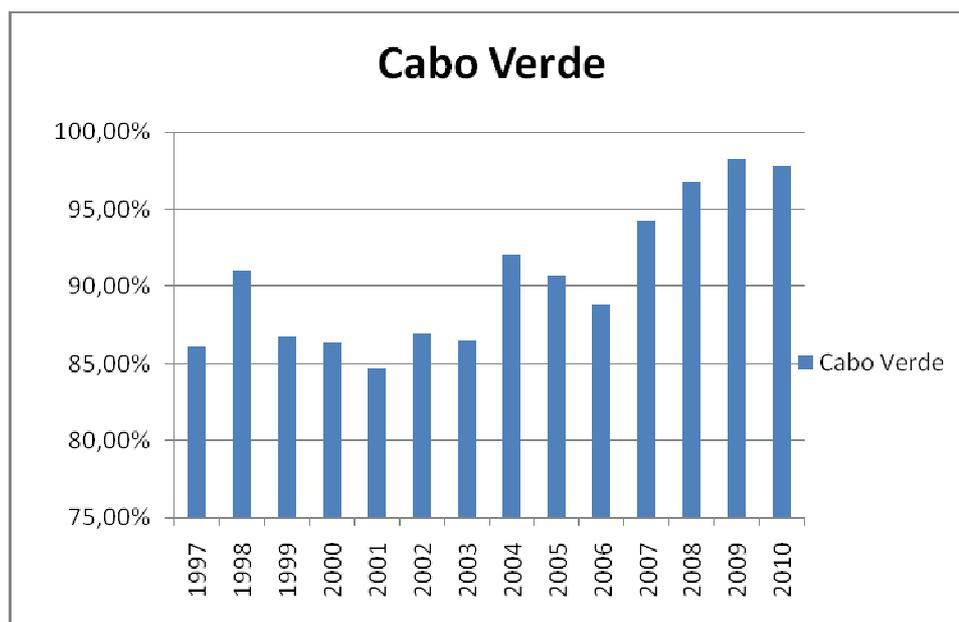


Gráfico de confecção própria. Dados da Organização das Nações Unidas.

3.2 HAITI E BURUNDI

Brasil e Haiti possuem uma relação bastante próxima, há um total de 27 atos bilaterais entre os países desde 1910. Além de prover financiamento e auxílio técnico para o Projeto “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir a violência e conflitos em Carregour-Feuilles”, o Presidente Lula anunciou, durante a IV Cúpula de Chefes de Estados e de Governos do IBAS (2010), o envio conjunto com os outros países IBAS de US\$ 2 milhões para auxiliar na reconstrução do país após as catástrofes climáticas que ocorreram em janeiro do mesmo ano. Outro fator que merece destaque é a posição do Brasil como um dos principais contribuintes para a formação da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

(MINUSTAH), missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004 para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. Assim como Guiné-Bissau e Cabo Verde, o levantamento das votações do Haiti demonstra uma relativa convergência constante no período estudado. No ano de 2007, que corresponde à finalização do Projeto de Coleta de Resíduos, ocorre o quarto ano de maior convergência entre os países: 94,2%. No entanto, o ano de 2004 (de estabelecimento da MINUSTAH) apresenta o valor de convergência mais baixo do período analisado (60,9%), como se pode observar a seguir.

Gráfico 4 - Convergência nas votações Brasil-Haiti na Assembleia Geral

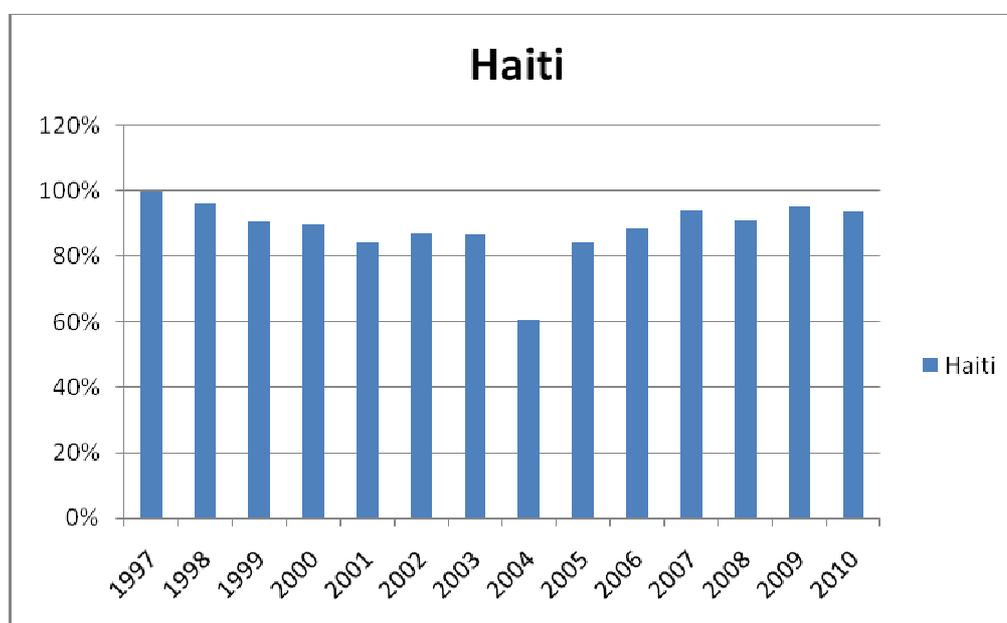


Gráfico de confecção própria. Dados da Organização das Nações Unidas.

Por fim, Burundi, assim como os demais países, apresenta um alto grau de convergência com o posicionamento brasileiro nas votações da Assembleia Geral da ONU. O Projeto para Fortalecimento da infra-estrutura e capacidade para combater HIV/Aids teve sua implementação iniciada em 2009, ano em que a convergência atingiu seu segundo valor mais alto: 92,8%.

Gráfico 5 - Convergência nas votações Brasil-Burundi na Assembleia Geral

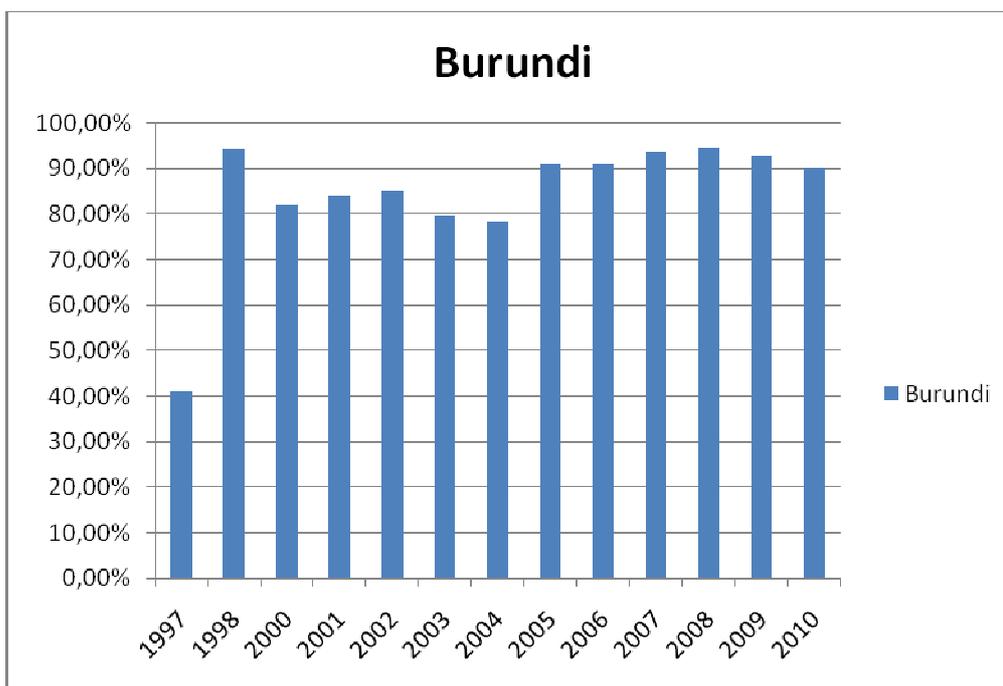


Gráfico de confecção própria. Dados da Organização das Nações Unidas.

Por meio da análise de votações podemos apenas ensaiar uma relação entre a convergência nos posicionamentos e os projetos implementados pelo Fundo IBAS. Algo que podemos relevar é o alto grau de convergência que pode ser considerado, de modo geral, como constante entre todos os países estudados e o Brasil. Assim, levantamos a hipótese de que os países que são escolhidos para terem seus projetos desenvolvidos pelo Fundo IBAS, já possuem uma aproximação prévia com o Brasil.

Enfatizamos mais uma vez que a análise acima esboçada não tem como objetivo estabelecer uma relação causal entre os projetos desenvolvidos pelo Fundo IBAS e a convergência/divergência nas votações entre os países receptores do auxílio e o Brasil. Entendemos que existem diversas variáveis que estão envolvidas no processo de votação de um país em um órgão multilateral. Destarte, a análise delineou-se como uma atividade de caráter estritamente exploratório.

Ademais, sobre a hipótese levantada de que o Fundo IBAS seria instrumento de *Soft Power* na Política Externa Brasileira, a análise de votações não nos permite afirmar de maneira sólida que através do Fundo IBAS o Brasil aumentou sua influência perante os países

auxiliados. Contudo, deve-se destacar o perfil qualitativo dos projetos⁵⁹, os prêmios decorrentes de seus resultados⁶⁰ e a série de reportagens internacionais⁶¹ que tratam da temática. Sem dúvida, os projetos trouxeram maior visibilidade não só para o Brasil, mas também para Índia e África do Sul, pois, através da implementação destes, os países IBAS se inseriram na discussão da temática fome e pobreza e puderam mostrar que os países intermediários também podem criar agenda e atuar no sentido de dirimir os problemas internacionais.

⁵⁹ Já destacados diversas vezes; tais quais não imposição de condicionalidades, não ingerência, não uso da violência, busca da sustentabilidade, possibilidade de ser replicado, entre outros.

⁶⁰ Apresentados no capítulo anterior.

⁶¹ Idem

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1 discutimos conceitos que buscam definir o *status* e papel no sistema internacional dos países IBAS, tais quais países intermediários, potências médias, entre outros. Chegamos ao entendimento de que pontos comuns podem ser atribuídos a estes países que de alguma forma explicam seu posicionamento internacional e estabelecimento do IBAS. São eles: a participação e confiança em fóruns multilaterais; a preferência por uma atuação coletiva na arena internacional; e, tendo consciência da incapacidade de se alcançar objetivos de forma isolada, a ação conjunta via mecanismos de cooperação como estratégia mais adequada para melhor inserção internacional. Assim sendo, o IBAS se mostra como uma forma justificável, dado o *status* desses países, de atuação no sistema internacional.

Argumentamos ainda que o IBAS pode ser definido como uma parceria Sul-Sul. Este tipo de cooperação se desenvolve no sentido de atenuar as desigualdades internacionais e busca o implemento de ações conjuntas visando o enfrentamento de problemas domésticos semelhantes. A cooperação Sul-Sul se caracteriza como um recurso válido para melhor inserção desses países no ambiente internacional (RODRIGUES, 2010). Detectamos, através do estudo da ECOSOC (2008), que os países IBAS estão entre os dez maiores contribuintes bilaterais na cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, o que expõe a atuação desses países no âmbito Sul-Sul. Vimos ainda, através do relatório do IPEA (2010), que o Brasil se mostra no, cenário internacional, como um país que atua crescentemente na área de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento, compartilhando suas experiências positivas com outros países. Um diferencial que destacamos da Cooperação desempenhada pelo Brasil é que o país não impõe condicionalidades nem intervém no país auxiliado. Portanto, o Brasil estaria moldando um perfil próprio de ação internacional através da cooperação e aumentando seu prestígio junto àqueles a/aos quem/quais ajuda..

Nesse sentido, discorreremos também acerca do conceito de *Soft Power*, que representa a atração provocada por idéias de um país, pela capacidade de instituir agendas que abarquem a preferência de outros parceiros, bem como pela legitimidade de suas políticas e atuação no sistema internacional. Nye (2004) argumenta que o *Hard Power* (poder duro) pode basear-se em ameaças (que ele metaforicamente compara com galhos - *sticks*) ou incentivos econômicos (comparado com cenouras - *carrots*). Assim, o autor afirma que há três maneiras de fazer com que os outros ajam como você queira: ameaçá-los com galhos, comprá-los com

cenouras; ou atrair-los ou cooperar com eles para que queiram o mesmo que você. Caso você consiga atraí-los a querer o que você quer, custarão menos cenouras e galhos (NYE, 2004). Sarah-Lea John de Sousa (2008) discorre sobre o crescimento no peso do *Soft Power*. Segundo a pesquisadora, o poder militar tem mostrado suas limitações nas relações internacionais, enquanto o *Soft Power* se mostra como menos custoso e mais sutil. Diante deste quadro, inserimos a ideia de que o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza representa um instrumento de *Soft Power* na Política Externa Brasileira, visto que ao atuar através da cooperação técnica, sem imposição de condicionalidades, ingerência ou uso da violência, o Brasil estaria provavelmente aumentando positivamente sua influência perante os receptores e outros Estados do Sistema Internacional, visto que o sucesso do *Soft Power* depende grandemente da reputação do ator na comunidade internacional.

Para verificar essa hipótese apresentamos no capítulo 2 a institucionalização do IBAS, os Projetos de Desenvolvimento Social do Fundo IBAS, relatamos ainda os prêmios com os quais o Fundo foi contemplado e as matérias internacionais que tratam do tema. Assim, mostramos que o Fundo IBAS trouxe maior visibilidade para os países que compõem o Fórum, o que poderia ser um instrumento de *Soft Power*, na medida em que estabelece uma imagem positiva de Índia, Brasil e África do Sul. Quanto à sua formalização, destacamos que o propósito do Fórum IBAS abrange o compartilhamento de visões comuns de questões regionais e internacionais, além da cooperação em áreas de defesa, diplomacia multilateral, comércio internacional, tecnologia, desenvolvimento social, questões ambientais, entre outros (ALDEN; VIEIRA, 2005). Sobre os projetos do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, ressaltamos os critérios de avaliação das propostas submetidas ao Fundo, que já demonstra o perfil do mesmo, tais quais: potencial para reduzir fome e pobreza, sustentabilidade, possibilidade de que a iniciativa possa ser replicada. Além disso, sinalizamos que o estabelecimento do Fundo denota a passagem dos países IBAS de receptores para doadores e relevamos a dimensão qualitativa dos projetos.

No capítulo 3 apresentamos a preferência histórica do Brasil por organismos multilaterais e os resultados da análise de votação da Assembleia Geral da ONU do ano de 1997 até 2010 dos países receptores do auxílio do Fundo em relação ao Brasil: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Haiti e Burundi. Deparamo-nos com alta convergência mesmo antes da implementação dos projetos entre os países auxiliados e o Brasil, o que poderia indicar que os países receptores são escolhidos através da convergência com o posicionamento brasileiro. Coincidentemente ou não, pudemos identificar que em todos os casos houve aumento da

convergência nos anos de desenvolvimento dos Projetos. Reiteramos que o levantamento consistiu em uma análise exploratória sem pretensão de estabelecer relação causal entre as votações e os projetos do Fundo.

Assim, apesar de não podermos estabelecer uma relação causal absoluta entre as votações e o Fundo, alegamos que não só a análise de votações, mas também as matérias internacionais, bem como o perfil qualitativo dos projetos, demonstram que o Fundo IBAS muito provavelmente aumenta o *Soft Power* dos países que integram o Fórum, visto que os Projetos atuam no sentido de beneficiar a imagem desses países no Sistema Internacional e que o *Soft Power* depende imensamente da reputação do ator no neste âmbito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA 21. **Ministro das Relações Exteriores do Burundi visita o Brasil.** 2009. Disponível em: <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8820665&indice=10&%20canal=401> Acesso em 15 de junho de 2011.

ALDEN, Chris; VIEIRA, Marco Antonio. **The New Diplomacy of the South: South Africa, Brazil, India and Trilateralism.** Third World Quarterly, Vol. 26, No. 7 (2005), pp. 1077-1095

ALMEIDA FILHO, José Genésio. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) – Análise e Perspectivas.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Soft Power no Governo Lula.** Disponível em: <http://diplomatizando.blogspot.com/> Acesso em 03 jun 2011.

BBC. **Popularidade do Brasil é a que mais cresce em pesquisa global.** 2011. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110304_pesquisa_brasil_jf.shtml Acesso em 30 jun. 2011

BUENO, Adriana. **Política Externa Brasileira e Coalizões do Sul: O Fórum de Diálogo Índia Brasil e África do Sul (IBSA).** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHENOY, K. M. **Plurilateralism and the Global South. India Brazil South Africa Academic Forum: A Policy Dialogue** Brasilia, 2010.

COX, Robert W. **Approaches to World Order.** Cambridge Studies in International Relations, 1999. Disponível em: http://books.google.com/books/about/Approaches_to_world_order.html?id=Ywcx6ThpYLEC Acesso em 23 jun 2011.

DRAPER, Peter; MILLS, Greg; WHITE, Lyal. 2004; **Much Ado About Something? Assessing the Potential of the India-Brazil-SA Forum.** In: SAIIA Reports (n.46) Johannesburg: SAIIA.

FLEMES, Daniel. **Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum**. GIGA Research Programme: Violence, Power and Security, 2007.

_____. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 53, núm. 1, 2010.

FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS. Disponível em: http://www.forumibsa.org/resultado_doc.php?id=87 Acesso em: 05 de maio de 2011.

HIRST, Monica. Intermediate States, Multilateralism & International Security. *In*: VAZ, A. C. (org). **Intermediate States, regional leadership and security: Índia, Brazil and South África**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

HUNGER NOTES. Disponível em: <http://www.worldhunger.org> Acesso em 13 de junho de 2011.

HURREL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? **Os BRICs e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: FVG, 2009.

IBAS anuncia ajuda econômica para o Haiti. 2010. Disponível no sítio: <http://www.youtube.com/watch?v=GUCSnkNn0Sw&feature=related> Acesso em 16 de abril de 2011

IPEA et all. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação – Brasília: Ipea: ABC, 2010.

ITAMARATY. **Entrevista Conjunta à Imprensa dos Chanceleres do Brasil, África do Sul e Índia**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/entrevista-conjunta-a-imprensa-dos-chanceleres-do/print-nota>. Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. **Fundo IBAS**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas/view> Acesso em 16 de junho de 2011.

INTERNATIONAL DATA BASE. Disponível em: <http://www.census.gov/ipc/www/idb/country.php> Acesso em: 12 de junho de 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: <http://www.imf.org> Acesso em: 03 de junho de 2011.

LECHINI, Gladys. **IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2007.

MEDIA GLOBAL. IBSA Fund takes innovative steps toward development in Haiti. Disponível em <http://www.mediaglobal.org/article/2007-12-14/ibsa-fund-takes-innovative-steps-toward-development-in-haiti>. Acesso em 16 jun. 2011

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório Guiné-Bissau**. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dibas/Guinea_Bissau_Evaluation_Report_Sept_17_2007.pdf Acesso em 20 jun. 2011.

_____. **Declaração de Brasília**. Disponível em: www2.mre.gov.br/aspa/Decl/portugues.doc. Acesso em: 03 jan 2011.

MOURA, Gilberto F. **O Diálogo Índia Brasil e África do Sul – IBAS – Balanços e Perspectivas**. 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/livros-e-textos-academicos/iii-conferencia-nacional-de-politica-externa-e-politica-internacional-ibas-1> Acesso em 17 mai 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-aid-net-official-development-assistance-oda_20743866-table1 Acesso em 16 de junho de 2011.

_____. **Trends in South-South and triangular development cooperation**. Background Study For The Development Cooperation Forum, 2008.

_____. **FAO. The State Of Food and Agriculture**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf> Acesso em 13 de junho de 2011.

NOTÍCIAS LUSÓFONAS. 2009. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview%20&article=26276&catogory=news> Acesso em 16 jun. 2011.

NYE, Joseph S. **Bound to Lead: The Changing of American Power**. Disponível em: http://books.google.com/books/about/Bound_to_lead.html?id=dMfArUL7hycC Acesso em 02 mai 2011.

_____. **Soft Power – the means to success in world politics.** New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 28, n.2, 2006.

PRESSROOM. **The IBSA Fund was awarded “Millennium Development Goals”.** 2010. Disponível: <http://pressroom.ipc-undp.org/2010/the-ibsa-fund-was-awarded-millennium-development-goals-prize/> Acesso em 16 de jun. 2011

RODRIGUES, Diego de Freitas. **Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul.** Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1): 45-66 [2010]

REDUCTION DE LA PAUVRETÉ. 2009. Disponível em: <http://www.gw.undp.org/pauvrete.html>. Acesso em 16 jun. 2011.

ROSSI, Amanda. **Brasil um país doador.** Le Monde Diplomatique Brasil, Abril de 2011.

SENNES, Ricardo U. “Brazil, India and South Africa: Convergences and Divergences in Intermediate Countries' International Strategies.” *In*: VAZ, A. C. (org). **Intermediate States, regional leadership and security: Índia, Brazil and South África.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

SEQUEIRA, Vikrum. **IBSA, International Relations Theories, and Changes in the Global Architecture.** Presented at the Midwest Political Science Association Conference, Chicago, IL, April 3, 2008.

SÍTIO OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA BRASILEIRA. **Venezuela defende vaga permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.** 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/06/venezuela-defende-vaga-permanente-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu> Acesso em 20 de junho de 2011.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. **A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul.** Rev. Bras. Polít. Int. vol. 48, nº 1, 2005. Pp. 24-59.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. *In*: HURRELL, A. **Os BRICs e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: FVG, 2009.

SOUSA, Sarah-Lea John. **La India, El Brasil y Sudáfrica: potencias emergentes o países en desarrollo?** Fundación de Relaciones Internacionales y El Diálogo Exterior (FRIDE), 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: a Estratégia da Autonomia pela Diversificação.** Rio de Janeiro: Contexto Internacional vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

WHITE, Lyal. **IBSA: A State of the Art. 2010.** Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/ipc/doc/ibsa/papers/ibsa3.pdf> Acesso em 02 jan 2011.

WROBEL, P. S.; HERZ, M. **A Política Brasileira de segurança no Pós-Guerra Fria**, In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício (Orgs.) **Brasil e o Mundo: Novas Visões.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002